

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Salvador Tavares de Moura

Serra Pelada: experiência, memórias e disputas

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Salvador Tavares de Moura

Serra Pelada: experiência, memórias e disputas

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a, Doutora Yara Maria Aun Khoury.

SÃO PAULO

2008

Banca examinadora

Aos trabalhadores e trabalhadoras do
campo e aos garimpeiros de Serra
Pelada e da Amazônia

AGRADECIMENTOS

Eis a parte mais delicada do texto. Agradecer é sempre uma tarefa difícil, especialmente se você contou com o apoio e a ajuda de tanta gente como eu. Sempre há riscos de omissões, minhas desculpas antecipadas aos que me ajudaram e seus nomes não estão aqui. Esse texto é fruto do trabalho de uma multidão de mãos e seria impossível citar todos, obrigado a todas as mãos.

Meus agradecimentos ao programa do CNPq, a Pontifícia Universidade Católica, ao curso de pós-graduação em História, sem esse apoio estrutural não seria possível cursar o mestrado.

Meus agradecimentos as professoras do programa de pós-graduação, em especial a professora Olga Brites pela leitura atenta na qualificação e os debates na disciplina Núcleo de Pesquisa. As professoras Vera Lucia, Maria Heloísa, Maria Odilla e Maria do Rosário sobretudo pelo estímulo na produção da pesquisa.

Meus agradecimentos especiais a minha orientadora, professora Yara. Maria Aun Khoury. A atenção ao longo do processo de escrita, a disposição em discutir e os questionamentos serviram como estímulo fundamental para o êxito dessa empreitada. Espero que possam identificar a pesquisa pelo orientador, embora toda responsabilidade pelo texto seja minha.

Aos meus irmãos de viagem, José Josberto na leitura atenta e crítica, pelos debates e reflexões que se seguiram pelas madrugadas; a João Paulo sinônimo de solidariedade no combate à solidão da pesquisa e da cidade de São Paulo.

Aos camaradas Edson Brito e Roberto Kennedy pelas incansáveis conversas, sem a participação de vocês, esse trabalho não seria o mesmo. A minha amiga Adriana Lourenço que me recebeu em sua casa sem me conhecer. A Danusa pela ajuda nas imagens do texto e disposição em minhas visitas amazônicas

Agradecimento especial a Lina Luz que acompanhou esse trabalho desde quando era um sonho distante. Dedico este trabalho a você, tenho certeza que me reconhecerá através desse texto. Todas as conquistas e

dificuldades foram divididas com você, nada mais justo em dividir o mérito do trabalho que apresento.

Meu muitíssimo obrigado a Clarissa Schmidt pela revisão final do texto, e principalmente pela positividade de suas palavras.

Agradeço a todos os meus familiares representados por Sebastião Tavares de Moura e dona Antonia Marques de Oliveira e Moura, meus pais.

Meus sinceros agradecimentos aos garimpeiros Alderico Aguiar, Luís Borges e Luiz o Barbudo; ao senhor Joaquim, Manoel Boim, Paraibinha, Rogério e tantos outros com quem conversei.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a discutir as relações de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores do garimpo de Serra Pelada no sudeste do Pará a partir de diversas memórias, alimentada pela imprensa, pesquisadores e garimpeiros. Partindo das vivências dos trabalhadores, podemos compreender sua relação com o poder instituído e com os diferentes garimpeiros. Essa reflexão possibilita questionar o passado e confrontar as diferentes memórias dos garimpeiros entre si e com as práticas autoritárias do regime militar para a administração do garimpo no início da década de 1980.

Nesse processo, a luta pela terra indica como a memória constitui-se em argumento e constrói o lugar na formação da consciência dos garimpeiros através da experiência. Essa perspectiva indica uma escolha intencional ao tratar diretamente com setores que tiveram poucas oportunidades para expor suas visões. Desta forma, o papel dos narradores e a relação estabelecida entre eles e o pesquisador passa a ser objeto de reflexão, e nos sugere indícios da complexidade do lugar onde as narrativas se legitimam e ganham significados. Busca-se dar visibilidade a luta dos garimpeiros de Serra Pelada a partir da pluralidade das memórias, de suas condições de vida e moradia atuais. O presente, assim, converte-se no direito a memória, ao questionar como as políticas públicas em relação ao garimpeiro se engendram na disputa por hegemonias, silenciando projetos alternativos e possibilidades de construção de outras historicidades distintas das quais foram submetidas. Discute-se a construção das imagens sobre o garimpo e a constituição da região do Carajás a partir de diferentes perspectivas e interesses. Propõe-se, ainda, uma revisão na bibliografia sobre a temática do garimpo e da região. São abordadas as questões da construção do trabalho, percebendo a formação do garimpo como território, experiência compartilhada pelos diversos sujeitos envolvidos. Serra Pelada surge como lugar onde se desenrolam as disputas entre garimpeiros, empresários, CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e militares, marcadas por tensões e lutas. A experiência do garimpo transformou o garimpeiro, forjando no território o surgimento e constituição desses novos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Serra Pelada, cultura, garimpeiros, lutas sociais e memória.

ABSTRACT

This paper is proposed to discuss the relations of work and the living conditions of workers in the gold mining camps of Serra Pelada, in southeastern Pará, from the memory of the mining's workers. Thus, from the experiences, we can understand the workers in their relationship with the authorities and with the different workers. This reflection allows questioning the past and confronts the different memories of the mining's workers with each other, and with the authoritarian practices of the military regime in the administration of gold mining camps in the years 1980. In this process, the struggle for land indicates how the memory is an argument and builds the place in the formation of consciousness of the miners through the experience. This perspective indicates an intentional choice to deal directly with sectors that had few opportunities to exhibit their point of view. Thus, the role of narrators and the relationship between them and the researcher becomes the object of reflection, and the evidence shows the complexity of the place where the narratives are legitimate and earn meanings. The intention is the visibility to the struggle of the miners of Sierra Pelada from the plurality of memories, their living conditions and housing of today. The present, thus, turns into the right to the memory, the question of how public politics in relation to miners mix itself in the dispute by hegemony, muting projects and alternative possibilities of building other different histories of which were submitted. It discusses the construction of the images on the gold mining camps and the construction of the Carajás region from different perspectives and interests. Furthermore, a revision in the literature on the subject of gold mining camps in the region. Are addressed the questions about the construction of the work, realizing the formation of the gold mining camps as territory, experience shared by the various citizens involved. Serra Pelada emerges as place where disputes between miners, entrepreneurs, CVRD and military, were marked by tensions and struggles. The experience of the gold mining camps changed the miners, forging in the territory, the emergence and the formation of new social citizens.

Key-words: Serra Pelada, culture, miners, social struggles and memory.

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas e siglas.....	10
Lista de fotografias e mapas.....	12
Introdução.....	14
Capítulo I - Serra Pelada: garimpo e garimpeiros na região de Carajás.....	30
1.1 - Algumas abordagens sobre o garimpo.....	31
1.2 - Serra Pelada: uma nova dimensão da luta pela terra.....	39
1.3 - A constituição do garimpo e as marcas de uma organização militarizada.....	45
Capítulo II - Trabalho, sobrevivência e lutas sociais.....	60
Capítulo III - As lutas, tensões e direito ao lugar.....	88
Considerações finais.....	109
Fontes.....	112
Entrevistas.....	113
Bibliografia.....	114

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALBRÁS – Alumínio do Brasil

AMSA – Amazônia Mineração S.A.

CEF – Caixa Econômica Federal

CETEM – Centro de Tecnologia Mineral

CPRM – Companhia de Produção e Recursos Minerais

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos

COOGAR – Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada

COOMIGASP – Cooperativa Mineral dos Garimpeiros de Serra Pelada

COMPRO – Cooperativa Mista dos Garimpeiros Proprietários de Cata de Serra Pelada Ltda.

COOMIC – Cooperativa Mista do Garimpo de Cotia

COOMISPE – Cooperativa dos Garimpeiros dos Minérios de Serra Pelada

COOMANSE – Cooperativa mista Agro-Mineral do Rio Sereno

COMPAG – Cooperativa Mista dos Produtores Agricultores e Garimpeiros de Curionópolis

CSN – Conselho de Segurança Nacional

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce;

DOCEGEO – Rio Doce Geologia e Mineração

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

ECT – Empresa de Correios e Telégrafos

EFC – Estrada de Ferro Carajás

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

MME - Ministério das Minas e Energia

PDS – Partido Democrático Social

PGC – Projeto Grande Carajás

SBG – Sociedade Brasileira de Geologia

SESPA – Secretaria de Saúde do Pará

SESP – Secretaria Especial de Saúde Pública

SIMGBRAS – Sindicato dos Mineradores do Brasil

SINGASP – Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada

SNI – Serviço Nacional de Informação

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SNG – Sindicato Nacional dos Garimpeiros

TELEPARÁ – Telefonia do Pará

UNGB – União dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil

USAGAL - União dos Sindicatos e Associações dos Garimpeiros da Amazônia

Legal

LISTA DE FOTOGRAFIAS E MAPAS

Figura 1: Mapa do sul e sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte do Goiás (Tocantins).....	39
Figura 2: “A cidade de Serra Pelada”, vista aérea do garimpo.....	49
Figura 3: Localização do garimpo de Serra Pelada.....	57
Figura 4: Vista parcial da mina tendo ao fundo o <i>tilim</i>	63
Figura 5: Garimpeiro manuseando a <i>cobra fumando</i>	70
Figura 6: Escadas conhecidas como “adeus mamãe”	80

Levantados do Chão

Como então? Desgarrados da terra?

Como assim? Levantados do chão?

Como embaixo dos pés uma terra

Como água escorrendo da mão?

Como em sonho correr numa estrada?

Deslizando no mesmo lugar?

Como em sonho perder a passada

E no oco da Terra tombar?

Como então? Desgarrados da terra?

Como assim? Levantados do chão?

Ou na planta dos pés uma terra

Como água na palma da mão?

Habitar uma lama sem fundo?

Como em cama de pó se deitar?

Num balanço de rede sem rede

Ver o mundo de pernas pro ar?

Como assim? Levitante colono?

Pasto aéreo? Celeste curral?

Um rebanho nas nuvens? Mas como?

Boi alado? Alazão sideral?

Que esquisita lavoura! Mas como?

Um arado no espaço? Será?

Choverá que laranja? Que pomo?

Gomo? Sumo? Granizo? Maná?

(Letra:Chico Buarque, Música: Milton Nascimento)

Introdução

Nos últimos anos, principalmente nos últimos meses, tanto o garimpo de Serra Pelada como seus garimpeiros têm sido notícia nos veículos de comunicação: “Febre da indenização esquenta Serra Pelada” (28/04/2007); “Garimpeiros fecham acordo para voltar a pesquisar ouro em Serra Pelada” (27/02/2007); e “Corrida de ouro preocupa Serra Pelada.”¹ As negociações entre cooperativas e o governo federal retratados pelos noticiários, trouxeram esperanças aos garimpeiros que aguardam indenizações, e o início da exploração mecanizada do garimpo, pretensão da Companhia Vale do Rio Doce desde 1980. O conflito de interesses e a perspectiva por parte dos garimpeiros em retomar a exploração de ouro nas minas da região, reascendeu o interesse da sociedade, em particular da imprensa escrita e televisiva, acerca das questões que envolvem o cotidiano daqueles homens e mulheres cujas histórias de vida estão indissociavelmente vinculadas ao garimpo.

O ato do governo federal em reconhecer os garimpos foi recebido por estes com entusiasmo, por acenar como possibilidade de indenização a “sobra” de ouro depositado no Banco Central do Brasil e do reconhecimento de direitos trabalhistas para estes trabalhadores que tiveram parcela significativa de suas vidas dedicadas às atividades relacionadas à complexa formação e existência de Serra Pelada. A expectativa da exploração mecanizada do garimpo passa a ser tema de debates acalorados entre os garimpeiros da região, como os de

¹ Respectivamente disponíveis em: oglobo.com/país/mat/; agenciabrasil.gov.br/noticias; e oliberal.com.br, Acesso em 16/06/2007.

Marabá - situada a 130 Km da mina - e os de cidades vizinhas como Curionópolis, Paraupébas, Xinguara, Itupiranga, Imperatriz entre outras.

No ano de 2007 dois vídeos-documentários foram produzidos sobre o garimpo,² chamando atenção para a vila de Serra Pelada, principalmente no que tange as condições de vida de garimpeiros e seus familiares. Porém, o interesse recente dispensado aos acontecimentos em Serra Pelada, como dissemos, faz parte de um conjunto de problemas não resolvidos que acompanham e ao mesmo tempo, poderíamos considerar, embargam a vida da maioria de seus moradores atuais: ausência de serviços públicos básicos como saúde, habitação e educação, sendo estes os que mais saltam aos olhos.

Após o grande *boom* que Serra Pelada representou na primeira metade da década de 1980 - período no qual se verifica os maiores índices de produção de ouro - foram realizados alguns trabalhos objetivando melhor compreender questões pertinentes ao garimpo. No entanto, o interesse de pesquisadores desapareceu juntamente com fechamento do garimpo, no início da década de 1990. Este aspecto evidencia-se pela quase inexistência de bibliografia sobre Serra Pelada após o encerramento de suas atividades, mas isso que não significa que garimpeiros e demais moradores de Serra Pelada tenham, em momento algum, desistido de acreditar e propor meios de retomar a exploração de minérios na região. A discussão volta a despertar interesses

². Os documentários discutem as condições de vida dos moradores da vila de Serra Pelada, onde esposas e filhos de garimpeiros são entrevistados. Refiro-me a: "Sonhos dourados, fatos opacos: histórias do garimpo de Serra Pelada", direção: Amanda Chamusca; Fernanda Pereira e Raphaella Rodrigues. Trabalho de conclusão de curso na Universidade Mackenzie. "Serra Pelada – esperança não é sonho", direção Priscila Brasil, selecionado para a mostra "doc TV III" da Fundação Padre Anchieta.

mais amplos a partir do momento em que se cogitam propostas da COOMIGASP - Cooperativa Mineral dos Garimpeiros de Serra Pelada- sobre a mecanização do garimpo.

Percebe-se que o interesse pela problemática ressurge em fevereiro de 2002, quando parte dos garimpeiros montam acampamento na sede do INCRA, em Marabá, reivindicando a reativação da mina de Serra Pelada. A antiga sede do GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins - tornou-se local de ocupação, por várias vezes, de movimentos de sem terra. Entendendo que o direito de exploração do subsolo se dá em função do uso da terra, Serra Pelada converte-se, dentro da região Carajás, em campo de disputas e tensões entre populações vindas de pequenas cidades próximas como também de outros estados, com a mineradora Companhia Vale do Rio Doce - CVRD.

Tal problemática começa a se delinear atualmente com a descoberta de manganês e ferro na Serra dos Carajás em 1967, pela Companhia Meridional de Mineração (subsidiária da U. S. Steel Corporation). Um ano antes, em 1966, a Codim (subsidiária da Union Carbide) havia detectado a existência de reservas de manganês nas proximidades de Marabá. Nos anos subseqüentes, após novas prospecções, essa mineradora registra também a existência de cobre e ouro. Já em 1976, com a descoberta de ouro na região da Serra das Andorinhas pela AMSA Amazônia Mineração S.A – empresa formada pela associação da CVRD e a Companhia Meridional, iniciam-se disputas pelas novas áreas com potencial para mineração. A presença de agricultores que

vêm a possibilidade de exploração de ouro e a pequena garimpagem nas margens dos rios Itacaiúnas e seus afluentes; Preto, Parauapebas, Vermelho, Sororó, Sereninho, entre outros, configuram uma nova forma de disputa pela terra, que passa a envolver a questão do subsolo.

As dificuldades em compreender questões ali existentes, instigaram o meu interesse pela história desta parcela da Amazônia. Desse modo, comecei a trilhar um caminho anteriormente visitado por outros pesquisadores, além de buscar reunir subsídios diversos que permitissem historicizar o processo de disputas que perpassa pelos modos de viver da população de Serra Pelada. Na realização da pesquisa, ao entrevistar o repórter Ricardo Kotscho por exemplo, e indagar-lhe sobre seu interesse em escrever sobre o garimpo de Serra Pelada, este levou-me a pistas sugestivas ao afirmar que *“não é possível compreender o surgimento dos garimpos na Amazônia Oriental sem considerar a questão da luta pela terra e a migração presentes nesse processo”*³.

A maioria dos trabalhadores que se deslocou para Serra Pelada não tinha experiência anterior com garimpo, mas mantinha algum vínculo com o campo através de ofícios como agricultores, roçadores, vaqueiros, caçadores, pescadores, castanheiros, pequenos proprietários de terra, posseiros, entre outros.

³ Entrevista concedida em junho de 2006, em São Paulo. O repórter Ricardo Kotscho visitou o garimpo de Serra Pelada em 1983 onde produziu uma série de reportagens publicadas no jornal *A Folha de São Paulo* no mesmo ano. Dessas reportagens surgiu o livro do autor *Serra Pelada: uma ferida aberta na selva*. São Paulo: brasiliense, 1983.

A decisão em pesquisar o garimpo de Serra Pelada encontra-se articulada a uma série de vivências pessoais, como minha origem familiar de descendente de agricultores maranhenses que migraram, no início dos anos 70, para a região de Marabá. Cresci nas proximidades de grandes fazendas, onde o urbano e o rural se confundiam. Nessa trajetória, posso afirmar que surgiu, cresceu e amadureceu meu desejo de compreender, em suas múltiplas dimensões, problemáticas vividas por estes homens e mulheres de origens diversas que migraram para aquela parte da Amazônia em busca de melhores condições de vida.

Os garimpeiros de Serra Pelada emergem como uma questão peculiar, específica da Amazônia. Meus familiares chegaram a Marabá em 1972 atraídos pelo projeto de colonização da rodovia Transamazônica, como centenas de outros nordestinos, já que as décadas de 1970 e 80 foram marcadas pelo aumento do fluxo de nordestinos para a região. É significativo o afluxo de migrantes formando novos bairros na cidade de Marabá, duplicando sua população, que passa de 24.474 em 1970 para 59.743 em 1980⁴. Esse processo fez emergir novos atores sociais, constituídos por trabalhadores, que irão ocupar terras no sul e sudeste do Pará. Essa pesquisa, portanto, imbrica-se com minha vida enquanto pesquisador que busca refletir sobre a formação/constituição, em múltiplas experiências e memórias, de Serra Pelada e a região de Carajás. Experiências nas quais se articulam questões de conflitos em torno da terra e a exploração mineral na Amazônia Oriental.

⁴ FIBGE – Censo demográfico 1970/1980.

Desde o início da pesquisa até o momento, percebe-se o quanto ela se modificou no diálogo com a realidade empírica, via documentação e entrevistas. Aguçando meu olhar sobre periódicos e outros documentos escritos, assim como nas entrevistas, nas idas à vila de Serra Pelada, novas questões emergiram. O encontro e conversas com garimpeiros foram significativos para reformulação de questões centrais desta pesquisa. Além de sugerir a reelaboração de perspectivas e indagações, impuseram a reflexão sobre minha relação com os entrevistados em busca de desvendar Serra Pelada como uma problemática complexa, vivida e construída por trabalhadores, governos, empresas, empresários e militares, em tensão e disputa na região, sendo objeto de atenção na realidade brasileira.

O garimpo de Serra Pelada, a partir dos anos 1980, torna-se objeto de disputas entre garimpeiros, a Companhia Vale do Rio Doce – CRVD, e o governo federal. A ausência de direitos trabalhistas e previdenciários no interior do garimpo, colocou aos trabalhadores situações bastante precárias em suas lutas e reivindicações tanto dentro como fora do garimpo. Atualmente, encontram-se nesta situação mais de 40 mil homens e suas famílias.

As fontes em suas multiplicidades de formas de expressão - entrevistas, reportagens das revistas *Veja* e *Garimpeiro*, fotografias, relatórios técnicos de geólogos da CVRD e CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - e mapas – foram analisadas na composição de elementos que procuro sistematizar a fim de apontar meios de compreensão histórica de experiências e memórias de uma realidade complexa, marcada por intervenções externas, e

pelos modos próprios de assimilação na realidade do mundo do garimpo em Serra Pelada. Essas fontes me instigaram a questionar os grupos implicados, olhares e leituras desse processo.

Em documentos variados, como reportagens de jornais e revistas, relatórios de geólogos, fotografias e alguns estudos de especialistas, encontram-se pistas da complexidade das relações sociais vividas em Serra Pelada, conduzindo a indagações acerca de como se articulam e se refazem nos processos mais amplos da vida nacional.

Dentre as fontes escritas, a *Revista do Garimpeiro*, produzida no interior do garimpo, chamou-me a atenção para os argumentos de garimpeiros prósperos, (algo que não corresponde à maioria da população garimpeira) e para a imagem do garimpo como tábua de salvação de milhares de trabalhadores. Alertou-me também para a presença militar, sobretudo quanto à maneira como estes organizam e disciplinam o garimpo, tornando-o “modelo de garimpo de ouro em oposição ao modelo de mineração industrial”. A publicação da Revista ocorreu em 1983, ano particularmente expressivo por se tratar do período de acirramento das lutas para manter aberto o garimpo na sua forma tradicional de exploração, em contraposição à proposta de mecanização defendida pelo Ministério das Minas e Energia.

Naquele momento, os garimpeiros mantinham tal posição por acreditarem ser uma forma de assegurar a permanência de um lugar conquistado enquanto categoria de trabalhadores. A defesa de um projeto específico de exploração mineral, a garimpagem, expressas por meio na

Revista do Garimpeiro, tinha um caráter de instrumento cuja finalidade seria articular garimpeiros e empresários dispostos a manter a mina aberta.

Se de um lado foi impossível ter acesso a documentação produzida pelos órgãos oficiais do Estado instalados no garimpo, de outro fui beneficiado pela possibilidade em entrevistar garimpeiros. Nesse sentido, meu contato direto com os mesmos foi facilitado pelo meu pertencimento e laços pessoais que me vinculam de muitas maneiras às vidas daquelas pessoas. Foram estes laços que me permitiram enfrentar com maior desenvoltura algumas peculiaridades nos costumes e valores dos modos de ser e de viver de garimpeiros de Serra Pelada.

Ao lidar com uma das imagens mais conhecidas sobre o garimpo de Serra Pelada, somos colocados diante da metáfora do “formigueiro humano”, que parece óbvia na forma como retratou os trabalhadores, tornando-os também conhecidos como *formigas*. Trata-se do garimpo dos carregadores de cascalho, que ficaram conhecidos pelas imagens fotográficas de Sebastião Salgado ou através de reportagens da revista *Veja*, colhidas no auge das atividades de Serra Pelada.

No início da pesquisa, o foco principal de minhas observações voltavam-se para tornar mais visível o fazer-se destes trabalhadores diaristas, figuras postas em evidência pela precariedade das condições que enfrentavam cotidianamente. O adensamento da investigação instigou-me justamente a questionar essa imagem de “formigueiro”, pois para além dela existem homens trabalhadores fazendo escolhas e forjando meios de sobrevivência. Desse

modo, emergiram questões acerca de como estes se viam e se vêem, como interpretam o garimpo, o trabalho e a vida nele, como significam essa experiência em suas memórias, em suas lutas atuais pelo direito a terra e ao trabalho em transformação nela.

Numa observação mais densa das fotografias das revistas *Veja* e *Garimpeiro*, dos fotógrafos Sebastião Salgado e Jorge Araújo, delineiam-se elementos do cotidiano no garimpo. A partir dessas imagens, o garimpo amplia-se para além da mina. É possível observar instalações de repartições públicas, ruas e avenidas, residências, comércio local, pista de pouso, ou seja, toda uma estrutura que se faz necessária e integrada ao funcionamento do garimpo, possibilitando questionar uma imagem do garimpo reduzida apenas ao local de trabalho: a mina.

Exercitei, também, nesse estudo, lidar com a memória como prática social, para além dos elementos da cultura que cada entrevistado revela. Através das narrativas sobre o lugar, a vida cotidiana, o trabalho e os perigos enfrentados, fui percebendo questões negociadas, sucessos, derrotas, incertezas e escolhas. Nos modos como cada entrevistado relata seu passado estão expressões de um processo social mais amplo⁵, no qual a memória vai se constituindo num instrumento na luta pelo reconhecimento de um direito. Um direito sobre a terra e sobre os ofícios que praticavam. Um direito historicamente construído no qual se constituem como sujeitos, garimpeiros de Serra Pelada.

⁵ Portelli, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. Projeto História15. São Paulo, 1997. Pp. 13-33.

Meu esforço foi em tornar mais visível o poder incorporador da memória nessas lutas. Diferentes garimpeiros com trajetórias e experiências múltiplas recorrem à memória na construção de suas lutas no âmbito mais amplo da exploração do ouro em Serra Pelada, que envolve também interesses de estatais, de multinacionais, de cooperativas e de militares. Assim, a memória como um campo atravessado pelas lutas sociais, (em suas diversas dimensões), lança luzes sobre o significado do passado e seu vínculo indissociável com o presente. Essas primeiras questões indicaram a necessidade em trabalhar ainda mais com os relatos dos garimpeiros a fim de ouvir e buscar apreender como as narrativas se constroem entre tensões implícitas, contradições e ambigüidades por meios das quais se constituem perspectivas alternativas.

Em diálogos que mantive com garimpeiros e ex-garimpeiros pude perceber questões que são ainda hoje cruciais para eles: a luta pela indenização da “sobra” de ouro retido no Banco Central (900 quilos de ouro), a negociação com as mineradoras para a mecanização da exploração do garimpo, as divergências entre as diferentes cooperativas, a luta pelo direito, se não pelo próprio território, aos bens que construíram nele com seu trabalho. Aí estão os sonhos de construir ou comprar a casa própria, ajudar os filhos, retornar para a cidade natal. Outra questão que chama atenção são as negociações entre governo federal, cooperativas e mineradoras pelo reconhecimento dos direitos dos garimpeiros, nos quais a memória tem se configurado um campo fértil de expressão de disputas e de prática política. Instigado por essas questões do presente, dialogo com o passado buscando

tornar mais visíveis as diversidades e disputas por meio dos quais esse processo se engendra e esses garimpeiros se constituem como sujeitos sociais.

O argumento da memória e seu poder incorporador na luta pela terra convertem-se em luta por direitos, campo de identificação e formação de consciência desses garimpeiros.

Os garimpeiros com quem mantive e mantenho contato são moradores dos bairros do amapá, cidade nova, laranjeiras e liberdade, na cidade de Marabá. Estes bairros são áreas de ocupação que ocorreram durante e posteriormente às atividades do garimpo, seguindo as margens da Transamazônica, sobretudo a partir de 1970, época em que a rodovia atraía agricultores que migravam para a região. Outros entrevistados, moradores da própria Vila de Serra Pelada, procuram manter alguma atividade de garimpagem, onde, na situação atual, sobrevivem basicamente do trabalho em pequenas roças ou nas fazendas vizinhas à Vila. Oriundos do Maranhão, Bahia, Piauí, Ceará e Paraíba, e em sua maioria vindos de áreas rurais e sem experiências como garimpeiros, são atraídos pela possibilidade de acesso a terra ou pelo próprio garimpo.

Gravei seis entrevistas, embora tenha realizado mais de uma dezena, as quais não foram possíveis gravar pelas circunstâncias, ou a pedido do entrevistado por desconfiança em relação às minhas intenções (fui confundido mais de uma vez com policial federal ou funcionário da CVRD). Nestes casos, o caderno de campo se mostrou um importante aliado permitindo fazer

observações que escapavam ao gravador; ser apresentado por algum garimpeiro também facilitava os primeiros contatos.

Todos chegaram à fazenda Três Barras (onde surgiu o garimpo) nos primeiros meses de 1980, ou seja, conheceram o garimpo antes da presença dos militares. Viveram no garimpo em circunstâncias específicas e distintas entre si. Alguns foram donos de barrancos, sócios, gerentes, outros meia-praças, diaristas e *requeiros*, garimpeiros que sobrevivem de pequenas doações de cascalho. Outros viveram na situação de *furões*, (garimpeiros considerados ilegais, sem autorização para trabalhar no garimpo). Assim, foi no próprio contato com esses atores que apreendi essa diversidade.

Entrevistei também membros de todas as categorias da hierarquia do trabalho do garimpo além de outros atores que compõem sua estrutura social, como comerciantes, cozinheiros, seguranças (bate-pau) e motoristas de empreiteiras. Essas entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro prévio, bastante flexível. Em alguns casos mantive suas identidades resguardadas, a pedido dos entrevistados.

Dialogar com experiências diversas possibilitou-me refletir sobre a complexidade desse processo e incorporar outros sujeitos à história. Além disso, a percepção do garimpo de modo mais amplo, para além da mina, oportunizou um exercício de reflexão quanto ao uso de narrativas e memórias individuais na explicação histórica, indicando como estas narrativas individuais expressam a complexidade do social pela apreensão da maneira como

“dimensões do presente, passado e futuro se cruzam e se relacionam”⁶ na vida e nas narrativas desses garimpeiros.

A história oral exige um exercício bastante difícil, o de lidar com as fontes orais, isto é, com as pessoas, que não são meros depositários de informações. Ouvir respostas curtas as minhas perguntas e levar em consideração os modos como os garimpeiros as compreendiam, observar o que era mais importante para eles, como as expectativas em relação à indenização que aguardam desde o fechamento do garimpo em 1992, entender os significados subjacentes aos argumentos em torno de sua situação de pobreza, em torno da luta por manter alguma esperança de mudança, da corrupção entre as lideranças, explicando seus ressentimentos em relação aos políticos e à Companhia Vale do Rio Doce foi um exercício desafiador de reflexão que abalou positivamente toda minha estratégia metodológica e indicou elementos que dificilmente teria conseguido apreender nas fontes escritas. Esse processo de reflexão e análise fundamentou-se no diálogo tenso entre as entrevistas, as interpretações presentes nas reportagens e as observações anotadas em diversas situações de conversas informais.

Lidar com a memória como campo rico para o diálogo do historiador com os sujeitos que estuda, exigiu, neste início de minha formação como pesquisador, o difícil exercício de reflexão sobre o processo de produção social de memórias na pesquisa. Demandou, também, melhor compreensão de que a pretendida contribuição ao movimento dos trabalhadores se encontra no

⁶ KHOURY, Yara Aun. *Narrativas orais na investigação da história social*. Projeto História, São Paulo, n. 22, 2001.

exercício do diálogo, buscando apreender e incorporar, em seus significados próprios, aquilo que foi vivido pelos garimpeiros. Se há alguma contrapartida, esta se materializa no próprio encontro, na valorização de suas experiências individuais como experiência compartilhada. Neste ponto, busco articular o exercício da pesquisa – entendida também como prática política - com as possibilidades existentes e alternativas presentes na relação da memória com a História. Considerar o que este caminho se faz buscando colocar a descoberto não apenas aquilo que aconteceu, mas também seus anseios, o que poderia ter acontecido, revelando o inconformismo e o papel ativo dos narradores na construção dos destinos sociais, como interpretações da dinâmica do vivido. Em outras palavras, percebendo os narradores atribuindo significados à vida presente, passada e agindo nelas.

Ao comentar o papel ativo dos narradores, Portelli argumenta que *“Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados.”*⁷. Nesse percurso, os narradores ensinaram-me que muitos acidentes e doenças poderiam ser evitados, que a produção de ouro foi abaixo da capacidade de exploração manual, que os tiros disparados não eram para matar e sim comemorar; que hoje a garimpagem deve ser substituída pela exploração mecanizada em Serra Pelada. O que aconteceu, o que poderia ter acontecido e o que pode acontecer se inscrevem no movimento complexo de constituição e sobrevivência dos garimpeiros no embate das forças em disputa.

⁷ PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias orais”. In: *Tempo*, revista do Dept. de História da UFU, 1996, vol.1- n.2. p. 17.

Outro desafio foi de explorar a memória como campo marcado pelas lutas sociais, nas quais trabalhadores, proprietários, empresários, militares e lideranças de cooperativas disputam lugares, interesses, valores e perspectivas. História e memória se imbricam na minha exploração de dimensões sociais vividas por pessoas comuns, como experiência compartilhada, vivida, sentida, pensada e narrada.

Em resumo, a preocupação central deste trabalho é discutir como garimpeiros vivem e constroem suas experiências de lutas, reivindicam direitos, construindo e reelaborando valores. Busco perceber as formas de transgressão, de resistência, procedimentos de normatização e disciplinarização, em confronto com o costume popular no local, as condições de exploração intensiva, as mobilizações, as lutas e solidariedades, atentando para como os trabalhadores experimentam a questão do trabalho e de direitos na transformação de agricultor em garimpeiro.

Sistematizei essa reflexão em três capítulos nos quais destaco algumas dimensões da experiência. O primeiro capítulo discute a construção de Serra Pelada como território, onde analiso inicialmente a produção bibliográfica, voltada à região de maneira geral e ao garimpo em particular, e a dinâmica da região de Carajás, procurando tornar mais visível a experiência vivida e construída por diferentes categorias de garimpeiros, tendo na memória dos trabalhadores um campo significativo de diálogo com uma cultura diversa da minha, marcada pela radicalidade de sua condição de trabalho.

No segundo capítulo abordo as questões da construção do trabalho, como uma referência identitária, percebendo a formação desse território como uma experiência compartilhada pelos diversos sujeitos envolvidos. Serra Pelada surge como lugar onde se desenrolam as disputas entre garimpeiros, empresários, CVRD e militares, marcada por tensões e lutas, por meio das quais esses trabalhadores se constituem e se transformam. O trabalho e suas peculiaridades, as condições de vida e o saber próprio do garimpeiro que trazem marcas das lutas sociais pela sobrevivência no lugar.

No terceiro capítulo discuto as lutas pelo direito ao lugar na exploração da mina de Serra Pelada entre os garimpeiros. Na experiência do garimpo o garimpeiro forja seu território ao mesmo tempo que se constitui como um novo sujeito social. Esses garimpeiros sobrevivendo hoje na garimpagem, exercendo algum plantio e trabalhando nas fazendas vizinhas ao garimpo ou residindo, sobretudo, nos estados da região Nordeste onde continuam a lutar pelo direito à indenização, ao trabalho na mina, disputando lugar na exploração mecanizada do ouro, enfrentando a concorrência do governo federal, da CVRD e outros poderes. Ao refletir sobre a memória busco compreender e explicar como nessas lutas recorrem ao passado, atribuindo significados a ele, na perspectiva de legitimar esses direitos pela exploração da mina de Serra Pelada entre os garimpeiros. Esta questão, que está longe de terminar, tem gerado muitas disputas e mortes nos últimos anos. O presente, assim, converte-se na luta pelo direito à memória, no questionamento a políticas públicas que não atribuem devido reconhecimento ao garimpeiro, ao silenciamento de projetos alternativos ao lugar.

Capítulo I

Serra Pelada: garimpo e garimpeiros na região de Carajás

Serra Pelada, como os demais garimpos da região de Carajás, polarizam interesses muito amplos, para além daqueles dos próprios garimpeiros. Entre eles, CVRD⁸, empresas mineradoras, empresários (que vêem no garimpo a possibilidade de crescimento econômico), políticos locais e regionais que têm nestas atividades de garimpo sua base de apoio, constituindo-se em forças hegemônicas na região. O esforço em compreender as lutas sociais vividas no lugar, ao longo desse processo, passa pela identificação de interesses e de significados que cada grupo atribui ao potencial de exploração do ouro e que envolve a sobrevivência de uma população numerosa de trabalhadores.

Neste capítulo analiso a produção bibliográfica da década de 1980, que direta ou indiretamente dedicou-se ao estudo do garimpo de modo específico e da região de Carajás de modo mais amplo. Em seguida se discuto relações pertinentes a sociabilidade de garimpeiros de Serra Pelada, ou seja, localizando-os no quadro de tensões e conflitos, ligados indissociavelmente as disputas de uso e direito a terra.

⁸ Companhia Vale do Rio Doce.

1.1 Algumas abordagens sobre o garimpo

Buscando entender a dinâmica vivida na região, o número limitado de obras sobre garimpo genericamente e, especificamente, sobre Serra Pelada, tornou-se uma dificuldade a mais no exercício da pesquisa. O garimpo, como ponto de reflexão e análise social, é abordado por alguns poucos trabalhos. Já o debate sobre a formação da região de Carajás ou que tem a cidade de Marabá como locus de pesquisa – e do qual o garimpo de Serra Pelada fizera parte – recebeu contribuições de diferentes áreas do conhecimento, tais como a Antropologia, Economia, Sociologia, Ciência Política e Geografia. É interessante notar que a parca bibliografia sobre Serra Pelada restringe-se, praticamente, ao início da década de 1980, auge da produção de ouro e implantação do Projeto Grande Carajás. Destacam-se os estudos comprometidos em discutir a viabilidade da expansão do capital industrial e financeiro na Amazônia, a formação e organização da região de Carajás e os interesses econômicos e político que transcendem à região.

Predominantemente, os estudos sobre a região de Carajás ou da cidade de Marabá dedicam-se a analisar as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas nas décadas de 1960, 70 e 80, demonstrando as alterações nos modos de viver e os impactos da intervenção do Estado na Amazônia. São consideráveis os méritos de tais estudos, no entanto, é preciso ampliar a percepção para outras questões. Partindo do garimpo e dos garimpeiros, proponho refletir sobre transformações que continuam ocorrendo e a participação do poder público nessas mudanças. Na memória social continua

viva a violência presente nesse processo, como prática política, nas imagens dos conflitos e tensões, do qual fazem parte garimpeiros, colonos, pescadores, agricultores e indígenas em permanente confronto com antigos e novos latifundiários, grandes proprietários de castanhais, fazendeiros, madeireiros, bancos e mineradoras.

Entre as obras que têm o garimpo como objeto de pesquisa, o trabalho de Afonso Henriques Borges Ferreira⁹ destaca os garimpos de ouro no Brasil e sua importância na Amazônia enquanto fonte de renda e de emprego para a região. O autor, a partir da perspectiva econômica, centra seu estudo em áreas garimpeiras nas cidades de São Félix do Xingu e Tucumã, no sul do Pará, analisa fluxos de população que se deslocam para a região e o processo pelo qual diferentes trabalhadores de atividade rurais se convertem em garimpeiros. Discute, ainda, as formas de organização da produção e as mudanças técnicas adotadas nos anos 80, semelhantes a muitas encontradas em Serra Pelada e em todas as regiões marcadas por garimpos de exploração de ouro de aluvião e por políticas do governo federal para os garimpos.

Lívia Barbosa, no artigo *Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas*, publicado em 1991, discute o garimpo, o garimpeiro e sua legitimidade histórica frente à exploração dos recursos minerais, opondo-os as sociedades indígenas, ao meio ambiente e às empresas mineradoras. Trazendo a questão ambiental, a autora destaca o início da década de 1990 como marcada pelo surgimento de uma consciência ecológica que questiona a

⁹ FERREIRA, Afonso H. Borges. *Sobre o garimpo de ouro: notas acerca da evolução recente da atividade no Brasil e um estudo de caso no sul do Pará*. In: Revista estudos econômicos. São Paulo: IPE – Instituto de pesquisas econômicas, v. 18, n. 2, maio-agosto, 1988. Pp. 319-341.

própria existência do garimpo e do garimpeiro numa nova imagem de nação assim posta:

Silenciosos no interior das “matas”, os garimpeiros foram trazidos à luz por conjuntos discursivos, que viram neles a negação do Brasil novo que se quer construir; do país moderno e eficiente que se almeja, pois são primitivos, desorganizados e poluidores; do país justo e igualitário, pois são produtos de estruturas econômicas perversas. Garimpo e garimpeiros foram, assim, instaurados como opositores das linhas mestras que definem tudo e todos na busca de uma nova identidade para o país: o meio ambiente bem cuidado, as sociedades indígenas preservadas, a grande empresa eficiente e não espoliadora, e as relações de trabalho humanas e bem-remuneradas.¹⁰

A autora, referindo-se aos garimpos de ouro nos rios da Amazônia, discute os impactos do uso do mercúrio no meio ambiente e as implicações desse problema nos discursos de ambientalistas e das lideranças garimpeiras. Por outro lado questiona, do ponto de vista técnico e ambiental, o pouco espaço dado pelos ambientalistas aos problemas causados pelo assoreamento dos rios, percebendo nessa postura a forma generalizante, e mesmo o desconhecimento, com que os ambientalistas tratam o garimpo.

O garimpeiro do sul e sudeste paraense do memorialista João Brasil, publicado em 1999¹¹ trata a garimpagem no sul e sudeste paraense, numa perspectiva cronológica, desde a exploração de pedras preciosas (cristal de rocha e diamante) nas cachoeiras do rio Tocantins na década de 1940 até o surgimento de Serra Pelada. O autor traça uma cronologia das principais

¹⁰ BARBOSA, Livia. *Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

¹¹ BRASIL, João. *O garimpeiro do sul e sudeste paraense*. Marabá: s/d, 1999.

disputas judiciais entre garimpeiros e a CVRD em torno de Serra Pelada. Apesar de trazer uma visão idealizada do garimpo e dos garimpeiros é uma importante referência sobre Serra Pelada, dada sua riqueza de informações.

Riqueza Volátil de Armin Mathis¹² aborda os garimpos da região do Tapajós na década de 1990 como objetos de análise para questionar os dois modelos existentes de exploração de ouro na Amazônia: a garimpagem e a mineração industrial. O autor reflete sobre a viabilidade do modelo industrial como solução para os problemas decorrentes da garimpagem: a poluição ambiental e degradação humana. Questiona, ainda, esse modelo e sua integração como forma de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Entre a bibliografia direta ou indiretamente dedicada ao garimpo, a obra de **Brasil** dedica-se especificamente ao garimpo de Serra Pelada. A carência de uma bibliografia específica causa estranheza diante da importância histórica e social que o debate sobre Serra Pelada significa. Embora essas obras representem contribuições importantes para a compreensão das relações sociais e de poder nas quais o garimpo de Serra Pelada se insere, a academia tem dado pouca importância a especificidade histórica da constituição do garimpo como espaço de organização do trabalho e da sobrevivência, como espaço de disputas e tensões que se estendem para fora dele, além de expressar a amplitude e limite da intervenção do Estado nos destinos sociais.

Pesquisas sobre a região de Carajás, o sul e sudeste do Pará, ou ainda, sobre a cidade de Marabá, também contribuem para o entendimento da problemática do garimpo. Algumas obras merecem destaque especial por

¹² MATHIS, Armin. *Riqueza volátil: a mineração de ouro na Amazônia*. Belém: Cejup, 1997.

abordarem investigações nos quais se colocam a questão da formação da região de Carajás, grosso modo, como central, e partindo de perspectivas distintas, sejam o problema fundiário ou as questões ambientais, políticas e econômicas para a Amazônia, buscam refletir como a Amazônia Oriental torna-se estratégica para o capital financeiro-industrial e para o Estado, delineando novas relações sociais, políticas e econômicas, sobretudo a partir da década de 1970 e início dos anos 1980.

Levando em consideração que esses debates emergem num momento de transformações sociais agudas – o pleno funcionamento do Projeto Grande Carajás e a emergência de movimentos sociais organizados de luta pela terra -, trazem subsídios para refletirmos sobre os diversos projetos políticos impregnados na formação e constituição da região de Carajás; sobre o lugar social ocupado pela população local e recém-chegada e sobre as intensas transformações que se seguiram desde então, imprimindo os componentes para aquilo que os sociólogos chamam de nova fronteira agrícola.

Grande Carajás: Planejamento da destruição, do geógrafo Orlando Valverde¹³, destaca os impactos sócio-ambientais causados pelo Projeto Grande Carajás - PGC. Este trabalho é fruto de um relatório encomendado pela Companhia Vale do Rio Doce, posteriormente transformado em livro. Merece destaque especial o terceiro capítulo, que trata do surgimento de Serra Pelada e a relação entre a CVRD e o garimpo, por ser rico em informações e dados fornecidos pelo geólogo Breno Augusto dos Santos, diretor da Docegeo – subsidiária da CVRD - em 1986, e pelo coronel Hernani Guimarães Teixeira,

¹³ VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. RJ: Forense Universitária, 1989.

assessor de segurança da CVRD em Carajás. O autor ainda discute as divergências existentes entre a CVRD e o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), sob o comando do major Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, na administração do garimpo. Segundo o autor, “criou-se, assim, na região de Carajás um novo Canudos, dirigido por um aventureiro de extrema direita!”¹⁴ A parcialidade da análise condiz com uma imagem bastante comum na época e reforçada pela imprensa, a de que os garimpeiros eram massa de manobra de Curió ou de suas lideranças.

Em *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*, organizado por José Maria Gonçalves de Almeida Jr¹⁵, especialmente o capítulo assinado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, *Estrutura fundiária e expansão camponesa*, encontramos o fenômeno de apropriação e uso de terras no sul e sudeste paraense, norte do Goiás (atual estado do Tocantins) e oeste do Maranhão. O autor questiona as políticas públicas relacionadas às formas de ocupação da terra e o surgimento de diferentes atores sociais que configuram esse território. Almeida justifica a escolha em observar essa nova realidade: *Trata-se de uma região que encerra particular interesse para o entendimento da dinâmica geral de ocupação da Amazônia, face à complexidade dos impasses nas relações estabelecidas entre a ação fundiária e a expansão camponesa*. Projetos de mineração, agropecuários e de exploração de madeiras e as construções de infra-estrutura para o Projeto Grande Carajás,

¹⁴ Idem. p.121.

¹⁵ ALMEIDA Jr, José Maria Gonçalves de. *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1986.

implicaram num confronto entre agricultores migrantes e locais com o Estado e com as empresas que lá se instalavam.

Em *Carajás: a guerra dos mapas*, também de Alfredo Wagner Berno de Almeida¹⁶, o autor analisa o projeto que institui limites para delimitação da região de Carajás – imposta pela tecnocracia do Estado, órgãos planejadores e empresas multinacionais – questionando o processo histórico que a engendrou. Aponta para a contradição e tensão existente entre essa *região* instituída e a constituição de territórios por grupos itinerantes como povos indígenas e agricultores. Ao explicar o título de seu trabalho afirma:

É lícito, nesse contexto, imaginar uma guerra de mapas como símbolo do estado de tensão e de beligerância. Afinal, os extermínios, os massacres e os genocídios ao destruir a possibilidade da existência coletiva também significam metaforicamente ‘apagar do mapa’, que seria um eufemismo indicativo da supressão do território do outro.

Ao considerar as tensões e antagonismos que envolvem essas territorialidades, o autor busca perceber o que está aparentemente implícito nesse processo. Isto é, a imagem de uma Amazônia vazia, designada como floresta ou selva, serve bem ao propósito de desconsiderar a existência de uma população local ou migrante. Se a região de Carajás é uma realidade na qual trabalhadores, os mais diversos, forjam referências identitárias, é nesse movimento que o garimpo de Serra Pelada se insere, como parte constituinte

¹⁶ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Seminário Consulta, 1995.

dessa realidade e campo de disputa e tensão. Quais os interesses que são historicamente hostis à existência do garimpo? Quem deseja ignorá-los?

Finalmente, *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*, de Marília Emmi¹⁷ discute as relações entre a transformação da estrutura fundiária e as mudanças do poder político de Marabá, investigando as particularidades desse processo com a apropriação de terras públicas, os castanhais do vale do Tocantins. A contribuição de Emmi, no âmbito da discussão da luta pela terra, é trazer a emergência de novos sujeitos a partir das décadas de 70 e 80, fazendeiros do centro-oeste, bancos e empresas (dois dos maiores latifúndios no sul do Pará pertencem a Volksvagen e Bamerindus) e as mineradoras que passaram de pesquisadoras a exploradoras de minérios. Esses novos sujeitos passam, em certa medida, a disputar a posse da terra com os antigos donos de castanhais. Segundo a autora, esse processo constituiu uma nova relação de uso e apropriação da terra.

Todas essas obras têm em comum a reflexão do impacto da implantação do Projeto Grande Carajás: expulsão de milhares de agricultores, formação de novos latifúndios, surgimento de siderúrgicas, degradação ambiental, crescimento desordenado das cidades; para citar os efeitos mais imediatos e perceptíveis do planejamento estatal.

¹⁷ EMMI, Marília. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

1.2 Serra Pelada: uma nova dimensão da luta pela terra

*Eu já peguei minha roça
Dei de meia a um camarada
Já acertei meus negócios
Já tou de trouxa arrumada
Nesses dez ou quinze dias
Eu vou pra Serra Pelada¹⁸*

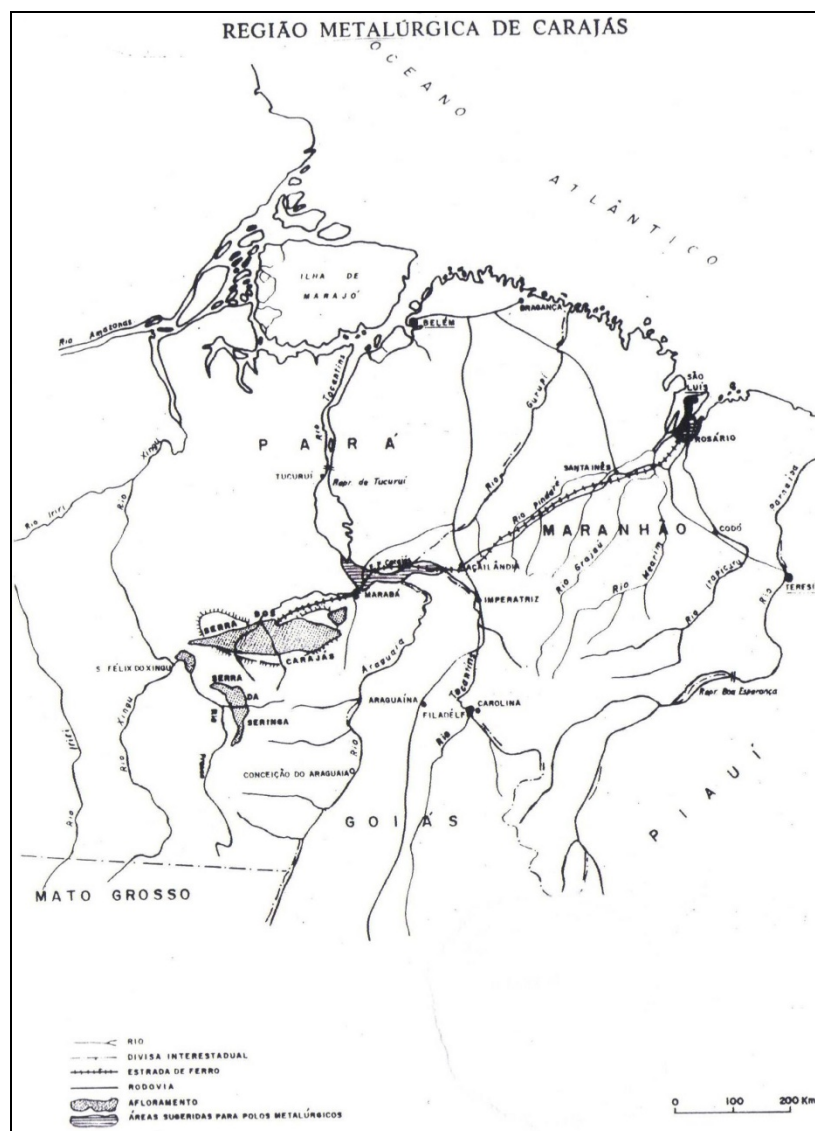


Figura 1: Sul e sudeste do Pará, Oeste do Maranhão e Norte do Goiás (Tocantins). Fonte: VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. (Anexo, mapa 7).

¹⁸ Revista do Garimpeiro, 1983. p.11.

O surgimento de diferentes áreas de garimpos na região de Carajás ocorre pela própria presença de garimpeiros que descobrem o enorme potencial de minérios ali existentes. Os garimpeiros, em decorrência de sua relação com o lugar, tornam-se profundos conhecedores da ocorrência de ouro na região. Frente a estas descobertas, desencadeia-se a tensão entre garimpeiros e companhias mineradoras. As empresas mineradoras que, por sua vez, também realizam pesquisas de prospecção, passam a disputar com os garimpeiros o controle da exploração mineral. E, com o aval do Estado, amparam-se neste buscando reintegração de posse, exigindo a expulsão dos garimpeiros. O sul e sudeste do Pará, região na qual se insere Serra Pelada, são marcados por projetos de colonização e por obras federais como o Projeto Grande Carajás, atraindo grandes proprietários, agricultores e colonos, tendo também o controle do Estado como área de segurança nacional como uma das formas de enfrentamento das disputas pela terra sob várias dimensões e expressões.

A implantação do Projeto Grande Carajás –PGC - no final de 1980,¹⁹ atraiu trabalhadores para suas obras: hidrelétrica de Tucuruí, ferrovia São Luis – Carajás, rodovia PA-275 e as obras de infra-estrutura na mina da Serra dos Carajás, somando mais de noventa mil trabalhadores, configurando uma nova realidade para o sul e sudeste do Pará. Por outro lado, os projetos de colonização na Amazônia, e especialmente na região de Carajás, ao favorecerem a formação de novos latifúndios pressionam a expulsão dos pequenos produtores agrícolas. A questão do acesso a terra e o aumento dos

¹⁹ Decreto Lei nº 1813, de 24/11/1980.

conflitos têm no caso dos estados do Maranhão e Pará uma experiência exemplar.

O artigo de Ferreira, na Revista Estudos Econômicos, comenta o assunto: “Desde os anos 60, as áreas rurais do Maranhão passaram de receptoras a expulsoras de população, tendência que se manteve na década passada”.²⁰ Se a década de 70 manteve a tendência de expulsão, fundamentalmente, por dificuldades de acesso e posse da terra, o início da década de 80 é marcado pela forte atração das áreas de garimpos de ouro na Amazônia de maneira geral e no estado do Pará especificamente. Utilizando dados do Censo Demográfico de 1970 e 1980, o autor afirma que o número de maranhenses residentes no Pará se elevou de 45 mil para 150 mil pessoas nesse período. Serra Pelada é o garimpo com maior volume de produção de ouro e população garimpeira. Surge em meio a disputas entre garimpeiros que descobrem novas lavras de exploração de ouro e as mineradoras que requerem essas mesmas áreas para mineração industrial. Ferreira adverte para existência de outros garimpos na Amazônia em exploração na década de 80,

Os garimpos do Alto e Médio Tapajós, os inúmeros garimpos da Província Garimpeira de Cumaru (que abrange partes dos municípios paraenses de Conceição do Araguaia, Redenção, Xinguara e São Félix do Xingu), o garimpo de Alta Floresta, em Mato Grosso, e o garimpo do Rio Madeira, em Rondônia.²¹

²⁰ FERREIRA, Afonso Henriques Borges. *Sobre o garimpo de ouro: notas acerca da evolução recente da atividade no Brasil e um estudo de caso no sul do Pará*. p. 322.

²¹ Idem. p. 320.

Parte da população é atraída para esses garimpos por representar mais uma alternativa para sobrevivência dos trabalhadores. Assim como os garimpos recebem centenas de migrantes, as condições de vida e trabalho levam parte desse contingente a retornar ou permanecer na luta pela terra na condição de posseiros, sem-terra ou moradores das periferias nas cidades que surgiam ou cresciam. Nesse processo, vão se formando programas de reforma agrária desenvolvidos pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia-, INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária, GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins e ITERPA - Instituto de Terras do Pará, que tinham jurisdição pela mesma área, resultando numa coalizão de poderes que buscava conter o avanço dos movimentos sociais de luta pela terra.

Além da questão dos latifúndios, a presença desde a década de 70 de mineradoras multinacionais, com direito de pesquisa e lavra de minérios, agravam as disputas com garimpeiros. Destacam-se a British Petroleum, U.S Steel, Union Carbide, Alcoa e Nipon Steel, entre outras. A política do governo federal, expressa na associação entre o capital estatal e internacional, prometia ocupar parte do “vazio” da Amazônia e aproveitar o potencial de exploração dos seus recursos minerais. Esse conflito se estende por vários garimpos e envolve diversas grandes empresas mineradoras. Aí a luta pela terra assume configurações específicas histórica e culturalmente forjadas: ela se dá em torno da exploração de minério, particularmente do ouro, no transcorrer da década de 70 e 80.

Serra Pelada se constitui como uma das novas formas dessa luta, na qual sujeitos e territórios vão se firmando e reivindicando direitos, numa experiência marcada pelas lutas em torno da exploração do ouro. Para compreender melhor os aspectos desse conflito, faz-se necessário perceber as trajetórias históricas desses homens: quem são esses garimpeiros e o que os atraiu para a região?

O caso de Serra Pelada se engendra no processo de construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica que aceleraram a migração do Nordeste, principalmente do Maranhão, para a região, acompanhado do aumento dos latifúndios e em meio aos conflitos entre fazendeiros e pequenos agricultores.²²

Os garimpeiros, migrantes em sua maioria, que se encontram hoje morando em bairros da cidade de Marabá, na vila de Serra Pelada e por todo estado do Maranhão e o forjar de referências identitárias, marcadas pelo trabalho com o ouro de aluvião²³, são, em sua maioria, de origem agrícola, sobretudo do Nordeste brasileiro. Homens que, pressionados pelo desemprego e outras formas de exploração no campo, escolhem ir para Serra Pelada movidos pelo interesse e expectativas de melhorar suas condições de vida. Na construção do garimpo como seu território, vão se transformando em garimpeiros²⁴. Nesse processo refazem referências identitárias, marcadas pelo trabalho com o ouro de aluvião, pela presença militar e por muitas lutas no trabalho e na organização dessa sobrevivência.

²² HÉBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: ADUFPA, 2004. O autor discute migração, colonização, os grandes projetos e o surgimento de um novo campesinato amazônico e sua relação com os problemas da região.

²³ Ouro que se encontra próximo a superfície, depositado em leito de rios e igarapés.

²⁴ Estima-se que menos de 10% dos garimpeiros tinham alguma experiência na garimpagem.

Essa experiência vivida e disputada por interesses conflitantes entre si, ressoa e se articula também na e pela imprensa, e em coleções fotográficas que apresentam uma multidão de homens trabalhando como um “formigueiro humano”. Mas o garimpo não é apenas um local exclusivo de trabalho e o garimpeiro apenas um trabalhador; é um território construído em meio a muitos embates sociais, no qual e pelo qual garimpeiros entram em cena.

Também estudos encomendados pelo governo federal e pesquisas sociais, políticas e econômicas se articulam nesse processo de constituição de olhares sobre o garimpo e a região, nos destinos sociais de Serra Pelada e sua população, construindo significados e sentidos no jogo das forças em disputa que tem nas formas de exploração mineral pólos articuladores entre o garimpo e a mineração industrial defendida pela estatal Companhia Vale do Rio Doce. A desqualificação do garimpo como modalidade de exploração mineral e do garimpeiro como personagem deslocado da História –, como parte do passado colonial, com técnicas rudimentares em oposição à eficiência das mineradoras modernas e capazes de aproveitar cada metro cúbico do solo, com emprego de alta tecnologia, - articula-se a interesses de grupos internacionais, nacionais, regionais e locais numa trama que envolve a luta entre o fechamento e manutenção da garimpagem em Serra Pelada.

A necessidade de perceber o garimpo no processo das migrações para a Amazônia introduz a questão sobre o surgimento da região de Carajás, fruto do planejamento estatal.

Esses homens passam a viver e a estabelecer novas relações sociais, de moradia, de trabalho, de convívio e confronto com o poder público. A luta pela sobrevivência, o sonho de ficar rico e a relação com os militares estão impregnados na formação de uma experiência ímpar no interior do garimpo.

1.3 A constituição do garimpo e as marcas de uma organização militarizada

A fazenda onde surgiu o garimpo de Serra Pelada logo se transformara num imenso acampamento. Desde a descoberta da Grota Rica em fevereiro de 1980, quando havia algumas dezenas de homens, até a transformação no garimpo que atraiu milhares de homens de diversas origens, passaram pouco tempo. A retirada da vegetação, o loteamento da área para divisão das catas e a construção de pequenas barracas modificaram radicalmente a paisagem, chamando a atenção das autoridades federais. Em maio de 1980 o governo central já tinha informações suficientes para montar a operação que culminou com a intervenção militar da mina.

Compreender o garimpo significou pensá-lo entre o morar, trabalhar, se divertir e narrar, de garimpeiros que ocupam lugares diferenciados neste espaço. Denotou exercitar um diálogo aberto com experiências, buscando explicitar relações sociais complexas, ambíguas e contraditórias vividas por uma população de 80 mil homens no auge da exploração do ouro em 1982.

O garimpo de Serra Pelada, cuja descoberta é anunciada entre janeiro e fevereiro de 1980, localiza-se a leste da Serra dos Carajás, aproximadamente a 130 quilômetros de Marabá, com acesso pela rodovia PA – 275 ou por via aérea. Atual município de Curionópolis, desmembrado da cidade de Marabá em 1988. Em seu primeiro ano de exploração contou com cerca de 30 mil garimpeiros, segundo informações da imprensa e de pesquisadores.

Logo nos primeiros meses de afluxo dessa população, Serra Pelada foi alvo da intervenção militar, acontecida em maio de 1980. Matéria da revista *Veja*, publicada em junho do mesmo ano faz referências à localização do garimpo:

Serra Pelada não existe nos mapas. É uma montanha no espinhaço leste do maciço dos Carajás, no Pará. Chega-se ao garimpo por 4.000 cruzeiros em 15 minutos de voo em pequenos aviões que partem da cidade de Marabá, 500 quilômetros ao sul de Belém. Por terra, há uma estrada precária que vai até um ponto distante 28 quilômetros da jazida. Essa distância só é vencida por caminhões capazes de atravessar uma picada aberta na mata há poucas semanas.²⁵

O Exército já vinha atuando no controle da tensão em torno da luta pela terra na região desde a década de 1970, envolvendo órgãos estaduais e federais, latifundiários, posseiros, pequenos agricultores e políticos locais. A indicação do governo do presidente João Batista Figueiredo (1979-1985) na intervenção no garimpo de Serra Pelada é mais um desdobramento dessas lutas, gerando, a partir daí, novas tensões entre proprietários de barrancos e

²⁵ Revista *Veja*, 11 de junho de 1980. Pp. 76-81.

governo federal, nos primeiros meses do ano de 1980. O interventor federal indicado foi o major do exército, membro do alto escalão do SNI, Sebastião Rodrigues Moura, conhecido como Curió, que havia participado da repressão à Guerrilha do Araguaia em 1972 e, portanto, conhecedor da região.

Curió administrou diretamente o garimpo entre os anos de 1980 e 1982, exercendo uma influência emblemática. Deu nome a uma cidade *Curionópolis* a qual Serra Pelada pertence e onde é prefeito pelo DEM (Democratas), tendo sido reeleito para o mandato 2005/2008. Recentemente deu a seguinte declaração sobre sua participação na administração de Serra Pelada: “Porque nós organizamos o garimpo: com o objetivo político e ideológico, agrupar aquela massa, o povo, dá um sentido e conduzi-lo com ações de governo para neutralizar uma massificação de esquerda no sul do Pará”²⁶. Curió traz para o garimpo formas de organização militar e a perspectiva política de controle e movimentações populares e de trabalhadores, a exemplo de sua atuação na Guerrilha do Araguaia na região designada pela imprensa como Bico do Papagaio, entre as cidades de Xambioá, Xinguara e Marabá, fronteira dos estados do Goiás (atualmente Tocantins), Maranhão e Pará, no início dos anos de 1970.

A chegada dos militares, em maio de 1980, ao garimpo modificou profundamente as relações sociais, organizativas e de poder em Serra Pelada havendo uma nova distribuição das catas, expedição de documentos (carteira de garimpeiro), proibição de bebida alcoólica, expulsão das mulheres, proibição

²⁶ Documentário “Serra Pelada: esperança não é sonho”, direção: Amanda Chamusca, Fernanda Pereira e Raphaella Rodrigues, 2007.

do uso de armas de fogo e controle da entrada e saída do garimpo, entre outras medidas de controle.

Além do controle mais direto e estrito desta área considerada de segurança nacional, a presença militar se expressa também nas rotinas habituais dessa organização instalada em Serra Pelada. O dia começa com o hasteamento da bandeira do Brasil acompanhado do hino nacional. Às oito horas da manhã quando muitos garimpeiros já estão nos barrancos e as ruas de Serra Pelada estão repletas de pedestres num vai e vem intenso. Nos barracos cobertos de lona ou palhas de babaçu (semelhantes às habitações dos agricultores da região) permanecem apenas os garimpeiros especializados na apuração do ouro. Os demais, carregadores de saco, paleadores, cavadores e apontadores, já estão no interior da mina com pás, picaretas e sacos, instrumentos utilizados no rebaixamento do barranco.

As ruas e avenidas da cidade de Serra Pelada podem ser visualizadas e predominam na vista panorâmica da fotografia do garimpo (figura 3). A mina, à direita, a pista de pouso e as instalações de órgãos públicos, à esquerda, são envolvidas pelas habitações dos garimpeiros compondo parte do cenário de Serra Pelada. A tentativa de disciplinarização militar não foi capaz de evitar o aumento da população de trabalhadores e outras atividades surgem articuladas ao processo de urbanização do garimpo.



Figura 2: “A cidade de Serra Pelada”, vista aérea do garimpo. In: Revista do Garimpeiro, 1983. Pp. 22.

Uma das primeiras medidas tomadas por Curió foi isolar o garimpo, impedindo a entrada de novas levas de garimpeiros, entre maio de 1980 até 1982. Para chegar até o garimpo partia-se de Marabá em caminhões, velho conhecido dos nordestinos migrantes, o *pau-de-arara*. Vencido parte do percurso, os aspirantes a garimpeiros de Serra Pelada passam a enfrentar não só o isolamento físico, como também o político. No entanto, a expectativa de novos trabalhadores de incluir-se no lugar continua. Nesse sentido, a presença dos militares no garimpo disciplinando, normatizando e controlando o trabalho e as relações sociais, faz nascer à figura do *furão* (garimpeiro ilegal). As revistas *Veja* e do *Garimpeiro* elogiam essas medidas, interpretando-as como necessárias para uma boa organização do garimpo. A intervenção militar, dessa perspectiva, é vista como uma lição dada pelo governo para evitar o contrabando do ouro e supostamente, proporcionar melhores condições de

trabalho para os garimpeiros. Implicitamente desqualificam-se os modos tradicionais de organização do garimpo e dos garimpeiros.

Em 1983, o repórter Ricardo Kotscho após conseguir autorização do Serviço Nacional de Informação - viaja de Marabá a Serra Pelada e descreve o controle do acesso ao garimpo,

Serra Pelada a 35 km', informa a placa no 'km 16', entrada para o garimpo, onde fica o primeiro posto da Polícia Federal, chamado aqui de *gurita*. Todos têm de descer do caminhão e passar por um estreito corredor cercado de arame farpado, mostrar documentos, abrir as bolsas e mochilas, as *burocas* (sic). 'Outro, outro, mais rápido', grita um *fedeca* (como são chamados pelos garimpeiros os agentes da Polícia Federal), só de calção, de revólver na cintura. Em volta mendigos, aleijados e um imponente mastro com a Bandeira Brasileira.²⁷

Nas experiências de *furões* que caminhavam dias partindo do km 30 da PA – 150 (hoje Curionópolis) até a mina, percebe-se a interferência dos militares em Serra Pelada. Muitos morriam antes mesmo de chegar à mina. Os que sobreviviam tinham que se submeter aos piores trabalhos por sua condição de ilegal. Uma das dificuldades em precisar a população de garimpeiros é justamente a ausência de registros e as próprias idas e vindas desses trabalhadores. Muitos retornavam sem ter conseguido entrar no garimpo ou eram presos e levados de volta as cidades próximas como Araguaína, Marabá, Xinguara e Imperatriz. Os que conseguiam superar essas dificuldades e chegar até lá, viam como primeiros sinais do garimpo, uma

²⁷ KOTSCHO, Ricardo. Serra Pelada: *Ferida aberta na selva*, 1894. p. 33.

verdadeira cidade só de homens. Kotscho, como observador perspicaz, descreve a entrada do garimpo:

A 12 quilômetros do garimpo, outra *gurita* da Federal, a do Pernambuco, que está desativada. Na estrada, um constante tráfego de caminhões e, pelas beiradas, vêem-se os *furões* seguindo a pé pelas 80 diferentes trilhas que levam até o garimpo por dentro da mata. À esquerda, a pista nova, uma espessa neblina de poeira levantada pelos aviões; à direita, as instalações de pesquisa da Docegeo, aparentemente abandonadas. Uma enorme ferida na selva: estamos chegando a Serra Pelada.²⁸

Superando essa primeira impressão, é possível ver o garimpo como lugar que se faz através das multiplicidades de experiências, que não se restringem ao trabalho na mina como única parte que mereça atenção. A complexidade se faz na implantação e nas relações de moradia, do comércio, do transporte, atravessadas por relações de poder entre proprietários e trabalhadores e ainda com a forte presença do governo federal. O comércio que surge a partir do garimpo é tão rentável e lucrativo como explorar o ouro como padrão. Seu incremento deve-se à venda de combustíveis, óleos lubrificantes, motores e demais equipamentos necessários ao trabalho e à sobrevivência; deve-se, também ao abastecimento de alimentos, vestuário e remédios. Sendo um lugar isolado, onde a população de mais recurso utiliza transporte aéreo, o uso da pista de pouso movimenta muito dinheiro e com maior estabilidade com dezenas de aviões bimotores diariamente. A constituição desse capital local atrelado as cidades da região de Carajás,

²⁸ Idem, p.35.

constitui parte dos interesses que envolve empresários e políticos locais, defensores da permanência do garimpo. A exploração mineral é vista, portanto, como parte de relações mais amplas e não se restringe estritamente a produção do ouro.

Nessa trama, a revista do *Garimpeiro*, órgão representativo, sobretudo de proprietários de barrancos, descreve a urbanização do garimpo da seguinte maneira:

Suas avenidas são longas com curvas que variam pela sua necessidade, casas de palhas de babaçu, cercadas de lasca, fazem o visual mais incrível, vielas que ligam um quarteirão ao outro, ruas estreitas, como é de costume nas cidades do ciclo do ouro, como Ouro Preto, Sabará, Goiás, etc.²⁹

A administração militar do garimpo em Serra Pelada impõe uma disciplina rígida que se expressa na proibição da presença de mulheres, do consumo de bebida alcoólica e do uso de armas. Essas medidas são justificadas como meios que favorecem maior produtividade no garimpo.

A *Revista do Garimpeiro* enfatiza a importância dessa disciplinarização exercida pela presença militar afirmando: “Quando o governo na verdade entrou para organizar e garantir o trabalho dos milhares e milhares de garimpeiros, tudo isso foi corrigido, a bebida, a prostituição e a exploração foram proibidas, o Governo procurou dar condições de trabalho, condições

²⁹ Revista do Garimpeiro, 1983. p.21

humanas.”³⁰. É oportuno nos questionarmos: “garantia” contra o quê e quem? É comum a versão de que os militares e Curió puseram ordem, organizaram e aparelharam o garimpo, e, simultaneamente, legitimando a presença do Estado como responsável pelo funcionamento do garimpo. Esse discurso é reforçado em outras partes da revista ao apresentar Serra Pelada como modelo de garimpo, defendendo a intervenção militar. Esses argumentos encobrem um processo de desqualificação de trabalhadores garimpeiros.

No curso deste jogo de forças, Serra Pelada se constituiu em um aglomerado urbano. Conforme descreve a revista do *Garimpeiro* “(...) a população de Serra Pelada se amontoa nas lojas de confecções, nas lanchonetes, para tomar seu refrigerante, já que a venda de bebidas alcoólicas é proibida.”³¹. Um conjunto de outras situações integra a vida no garimpo. É também local de diversão e sociabilidade, ao lado de suas condições precárias. Num ambiente onde é comum encontrar notícias de acidentes, doenças e das péssimas condições sanitárias e de trabalho, os garimpeiros constroem espaços de lazer, “(...) e à noite e aos domingos, [as igrejas] ficam lotadas, (...)”³². Além disso, algumas conversas com eles revelam modos como contornam proibições, como o consumo do álcool; ouve-se a versão de um certo comércio clandestino ou sobre o uso do remédio biotônico, ou do próprio álcool de farmácia misturado com suco.

³⁰ *idem*. p.23

³¹ *Ibid.* p. 23.

³² *Ibid.* p.24

Esse território, constituído por diferentes grupos que disputam em torno do trabalho da mina, em suas várias expressões, os interesses governamentais, empresariais e financeiros ditam as regras, mas também sofrem resistências.

Alimentando seu controle sobre o lugar, o governo federal solicita prospecções e pesquisas geológicas, cujos resultados são apresentados no primeiro Simpósio de Geologia da Amazônia que, significativamente, ocorre em 1982, em Belém.

O mapa elaborado pelos geólogos da CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – envolvidos no Simpósio, revela a proximidade entre a Serra de Carajás e Serra Pelada, batizada pela CVRD como Serra Leste. Indica a área de garimpo como domínio da Serra de Carajás, portanto parte de domínio da CVRD para exploração de quaisquer minérios. Os estudos e debates concluem que a exploração do garimpo se tornara inviável. Segundo o parecer técnico, o ouro de aluvião esgotara-se, dificultando a exploração pelos garimpeiros. Esse parecer sustenta argumentos políticos que visam à substituição da garimpagem pela mineração industrial, cuja maior interessada é a CVRD. O governo central, por meio da empresa, cuida de exercer maior controle da exploração do ouro na região.

Outro mapa organizado por Valverde (figura 1), possibilita visualizar a abrangência do domínio da Serra de Carajás, bem como as obras construídas no início dos anos 80 para a execução do Programa Grande Carajás – PGC: a ferrovia, a hidroelétrica de Tucuruí e a mina de Carajás.

Essas ações acirram os conflitos entre os órgãos estaduais e federais, latifundiários, posseiros e pequenos agricultores, políticos locais e CVRD. Acrescenta-se a isso que o controle na compra do ouro demonstra sua importância estratégica para o Estado.

No caso de Serra Pelada, o governo federal aproveitou-se política e economicamente do adiamento de seu fechamento, quer através do controle da extração e exercendo o monopólio da compra do ouro, sendo que as condições de trabalho, moradia e vida dos trabalhadores continuam as mesmas; quer usando o garimpo como base de apoio para as eleições nacionais de 1982.

Toda essa situação de litígio na região somada as expectativas do governo federal em relação ao ouro levam à declaração da área como de segurança nacional e a conseqüente intervenção militar no garimpo de Serra Pelada. Nesse período, o governo propõe fechar o garimpo, fato ao qual os proprietários resistem, articulados em torno de Curió e tendo a *Revista do Garimpeiro* como instrumento. A mina permanece aberta. Em 1983, o governo federal brasileiro anuncia o fim da importação de ouro para repor as reservas internas em meio a alta do preço internacional do metal. Apesar da maior parte da produção ser oriunda dos garimpos da Amazônia³³, a política do governo federal preocupou-se em inibir o surgimento de novas áreas para garimpagem.

³³ “Em 1985 a produção oficial totalizou 29,8 toneladas, sendo 21,7 delas extraídas pelos garimpos e apenas 8,1 pelas empresas de mineração”. Conf. ALMEIDA, Alfredo W. Berno. *Carajás: a guerra dos mapas*. P. 177.

A participação dos militares na reforma agrária nos anos setenta e oitenta, na repressão aos movimentos de luta pela terra, no combate ao movimento sem-terra marca o poder de articulação de Curió no estabelecimento e constituição de uma força hegemônica local. A fundação da Coogar - Cooperativa dos Garimpeiros - em 1982 e, posteriormente, a Coomigasp - Cooperativa Mineral dos Garimpeiros de Serra Pelada - em 1983 contou com a participação direta do deputado federal Sebastião Curió, além de sua participação para a prorrogação da exploração do garimpo. É de sua autoria o projeto de lei, aprovado em outubro de 1983, que prorroga por cinco anos a exploração de Serra Pelada.³⁴ Essas ações expressam como em torno de sua pessoa se entretecem os interesses de garimpeiros donos de barrancos.

³⁴ Projeto de Lei nº 2.284/83.

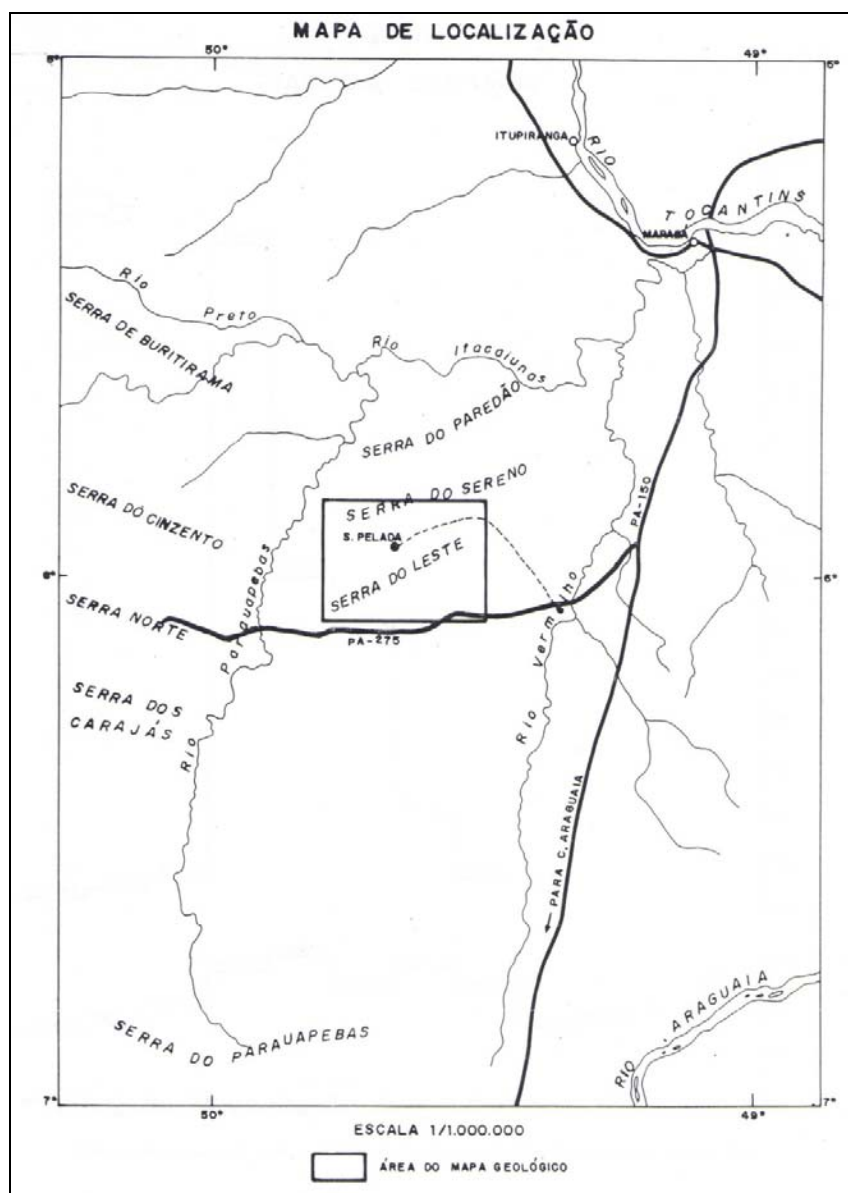


Figura 3: Localização do garimpo de Serra Pelada. Fonte: Anais do I Simpósio de Geologia da Amazônia, Belém, 1982.

Para Ferreira,³⁵ a ação do governo federal através do Conselho Nacional de Segurança, na disputa pela exploração de Serra Pelada, marca sua atitude em relação aos garimpos de modo geral. A prioridade dada às mineradoras na exploração dos recursos minerais pelo governo (sob o argumento do maior aproveitamento mineral e pela facilidade de fiscalização) leva-o a uma postura ambígua, hesitante e dúbia em relação às disputas pela exploração de Serra Pelada. As declarações dadas pelo Ministro das Minas e Energia que o garimpo seria mecanizado no final do ano de 1983,³⁶ e a prorrogação da exploração manual, indicam como o garimpo foi disputado entre governo e garimpeiros.

Ao considerarmos o ano 1983 como um momento marcado de disputa pelo controle da lavra entre a CVRD e garimpeiros, percebe-se a importância estratégica da aliança entre empresários e militares. Em entrevista concedida ao repórter Ricardo Kotscho em 1983, Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, revela que *“era previsto o funcionamento por um ano. [do garimpo] Depois, eu consegui pessoalmente com o presidente Figueiredo a prorrogação para 81. E assim foi nos anos seguintes. Consegui para 82 e 83”*.³⁷

Antonio Mineiro, delegado regional do Sindicato Nacional dos Garimpeiros, ao se referir à ordem do governo, em 1983, de desocupar o garimpo, alerta que os garimpeiros são “dóceis”, mas caso o governo não

³⁵ Para o autor a definição das políticas do Estado baseava-se no interesse imediato da obtenção do ouro sem, contudo, estabelecer medidas que visassem alterar as relações de trabalho na garimpagem. Conforme FERREIRA, Afonso H. Borges. *Sobre o garimpo de ouro: notas acerca da evolução recente da atividade no Brasil e um estudo de caso no sul do Pará*. In: Revista estudos econômicos. São Paulo: IPE – Instituto de pesquisas econômicas, v. 18, n. 2, maio-agosto, 1988. Pp. 319-341.

³⁶ Revista Veja, 25 de maio de 1983, pp.3-6.

³⁷ KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada: ferida aberta na selva*. São Paulo: Brasiliense, 1984. P.86.

atenda a reivindicação da continuidade de trabalho no garimpo, a situação poderia ficar fora de controle. “(...) se viesse a ordem para evacuar o garimpo, todos ficariam nos seus serviços (nas catas, nos barrancos), com a Bandeira Nacional e cantando o Hino Nacional. ‘era o sistema que a gente ia usar pra enfrentar nossos inimigos’.”³⁸ Se por um lado os garimpeiros foram submetidos a um processo de disciplinarização e convencimento militar, por outro, a experiência no garimpo fez com que os trabalhadores compartilhassem expectativas de mudanças, constituindo-se em uma poderosa força social na disputa do garimpo como seu território.

³⁸ Idem. p. 72

Capítulo II

Trabalho, sobrevivência e lutas sociais

Depois da visita do presidente da República ao garimpo de Serra Pelada³⁹ em 1982 durante as campanhas eleitorais, o dia 15 de novembro de 1983 passou a ser a data oficial para o fim da exploração manual da mina⁴⁰. A promessa feita pelo presidente da república, em um palanque montado no próprio garimpo contrariava expectativas da Companhia Vale do Rio Doce, que por sua vez defendia o início da exploração industrial da mina naquele ano. Tendo em vista os interesses eleitorais da época, eleger Jarbas Passarinho para governador do estado do Pará e Sebastião Rodrigues, o Curió, para deputado federal, não seria conveniente acelerar a indisposição com os garimpeiros.

A presença do governo federal no interior do garimpo ocorre através da instalação de conjuntos de equipamentos que passam a fazer parte da vila onde vivem os garimpeiros. A criação desta infra-estrutura visava dar suporte a acomodação de técnicos, engenheiros e funcionários públicos como também a CVRD, compradora exclusiva do ouro extraído da mina. A partir desse momento algumas práticas anteriormente existentes foram modificadas.

Estas modificações marcam o início da intervenção estatal em Serra Pelada. Práticas como pagamento de taxa para uso de pista de pouso, venda de ouro a particulares, monopólio do comércio de alimentos, remédios e

³⁹ Essa foi a segunda ida do Presidente ao garimpo, a primeira aconteceu em junho de 1980.

⁴⁰ Revista Veja, 03.11.1982. pp.20-23.

combustíveis e transporte aéreo, além da taxação de 10% sobre a produção do ouro, comuns nos garimpos da Amazônia, tornaram-se prerrogativas do Estado.

As mudanças ocorridas com a presença dos militares, principalmente o papel de polícia, desarticularam as formas de controle sociais tradicionais. Nos garimpos da Amazônia, tradicionalmente, o proprietário da terra controla o comércio e o transporte. O mando também é exercido através da distribuição e cobrança de taxa da renda produzida nas catas. Esse monopólio garante uma fonte de lucro com menos risco que o investimento na exploração direta do ouro. As taxas cobradas variam de acordo com o teor e extensão do depósito mineral e a acessibilidade do garimpo, depende do potencial de exploração do garimpo e sua distância as cidades próximas. A presença dos militares, Ministério das Minas e Energia, DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral - e CVRD, estabelecem novas relações sociais e de poder buscando controlar esses processos.

Até então, quem detinha o monopólio destas práticas era o senhor Genésio Ferreira, proprietário da fazenda Três Barras, local onde surge Serra Pelada. Essas medidas se configuram nos meios necessários de controle do processo de extração, comércio e transporte do ouro. Os *pioneiros*, como são conhecidas as pessoas que detêm o controle desse conjunto de atividades ligadas ao garimpo, têm nessas práticas uma forma rentável e segura de exploração do trabalho.

Ao instalar essa operação militar em Serra Pelada, o Estado transformou-se, a baixíssimos custos, no patrão dos garimpeiros. Aproveitou-se

duplamente de seu poder para cooptar, disciplinar e controlar milhares de trabalhadores, como também arrecadar milhões de cruzeiros baseado na exploração do trabalho dos garimpeiros. Embora a prioridade na concessão de lavra tenha sido dada as mineradoras, o ministro César Cals investiu nos anos de 1981 e 82, nos garimpos de ouro e pedra que surgiam.

A diversidade de trabalhadores envolvidos no garimpo era bastante ampla. O senso comum indica que ser garimpeiro tornou-se aquilo que ficou cristalizado nas fotografias de Sebastião Salgado no livro *Os Trabalhadores*, publicado em 1993; isto é, trabalhadores enlameados, que carregam sacos de terra, vestidos com camiseta e calção. Estes homens, conhecidos no garimpo como formigas, são os diaristas que recebem por dia trabalhado ou número de sacos transportados sem direito a parte percentual da produção. Representam cerca de 90% da população garimpeira e aglomeram-se nos barrancos, como a fotografia indica. (figura 4)

Esse “formigueiro” tem sua própria organização, na qual, grupos ocupam-se de diversas funções, em troca de um determinado salário, ou de algum ganho intermitente. O cavador ocupa-se do desmonte do barranco, o paleador é o responsável pelo enchimento dos sacos a serem transportados, recebem por jornada de trabalho. Já o apontador controla o volume de minério extraído do barranco e o fiscal é responsável em coordenar os trabalhos de extração e transporte do minério, sendo que para essas atividades recebem entre 1% a 5% da produção do ouro. Essa quota é recebida, também, por aqueles que são especializados como o bateador ou apurador, responsável pela apuração final do ouro. Geralmente um desses trabalhadores assume a

função de gerente responsável pela administração da cata. Isso ocorre quando o patrão tem mais de um barranco ou não vive no garimpo, aspecto comum após a reabertura do garimpo em 1982. Havia ainda situações em que um mesmo garimpeiro assumia mais de uma dessas funções tendo domínio sobre todo o processo de produção. Nesse processo, aqueles que não detinham o conhecimento das técnicas aprendiam ao participar do método próprio de extração e limpeza do ouro.

Como era freqüente a chegada de novos homens ao garimpo, caso decidissem permanecer teriam que enfrentar toda rotina de aprendizado do ofício da garimpagem. Garimpeiros veteranos ensinavam aos recém chegados as técnicas e procedimentos próprios, adaptando equipamentos para as funções de operador das máquinas de fragmentação, limpeza, e processamento do cascalho.



Figura 4: Vista parcial da mina tendo ao fundo o *tilim*. Fotografia de Jorge Araújo. In: KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada: ferida aberta na selva*.

A parte do trabalho de garimpagem que ocorre no barranco⁴¹ exige do garimpeiro conhecimento do subsolo. Aí também os trabalhadores aprendem a distinguir os materiais que merecem se beneficiado daqueles que serão descartados. Diariamente, “os formigas” transportam dos barrancos meia tonelada de terra, aproximadamente. O material retirado por eles têm dois destinos. O material inerte (conhecido como *terra cega*) e a parte do cascalho lavado são depositados na *montueira*, local de descarte. Já o minério a ser beneficiado, o *cascalho*, era transportado até os barracos onde se encontram as máquinas de limpeza.

Na fotografia vê-se ao fundo, no lado esquerdo da imagem, o *tilim*, a parte mais profunda da mina, onde brota a água formando um pequeno lago. Os motos-bombas funcionavam permanentemente para impedir o aumento do nível da água no fundo da mina, uma vez que os garimpeiros já tinham atingido o lençol freático ainda em 1982. O funcionamento desses motores foi determinante para viabilidade da garimpagem em Serra Pelada e seu trabalho era constantemente interrompido por quebra de peças. Denúncias, por parte dos garimpeiros, de sabotagem são comuns e fazem parte das disputas em jogo. O senhor Joaquim, meia-praça durante esse período, denuncia o que estava em jogo:

Aí veio aquela advertência quando foi para parar o garimpo, quebrava peças das máquinas, jogavam água no *tilim*, o motor pequeno não dava conta. Isso aí foi uma pressão criada por eles...não sei dizer quem era que mandava fazer isso. Dizem, dizem que a pesquisa que a Vale fez cinco anos ia dar numa quantidade de ouro que não tem mais pra onde. Então vamos

⁴¹ Os barrancos constituem-se em terrenos medindo dois por três metros.

jogar água no tilim porque a firma era aquela “inversão” de tomar o garimpo.⁴²

A fala do senhor Joaquim aponta para alguns dos problemas que começaram a se acirrar na relação entre garimpeiros e a CVRD. A crença que repercute entre os garimpeiros de que estavam prestes a atingir, em suas escavações, numa grande laje de ouro, era confirmada por pesquisas geológicas. A DOCEGEO dispunha de conhecimento, na época, sobre o volume de ouro existente, dando sentido às suposições levantadas por senhor Joaquim quanto ao interesse da mineradora em inviabilizar a garimpagem.

A permissão para a compra de novas catas possibilitou aos proprietários de barrancos acumularem algum capital. Formou-se, no garimpo, um comércio para atender a essas demandas. Lojas situadas na Avenida do Comércio passaram a vender motores e peças. A introdução de máquinas como britadores, dragas, moto-bombas, moinhos e caixa de lavagem (cobra fumando) resultou em algumas mudanças nas relações tradicionais de trabalho em Serra Pelada. O aumento de capital empregado impeliu a diminuição do percentual pago aos meia-praças, dado o aumento dos custos. Os trabalhadores que operavam essas máquinas recebiam, também, um percentual da produção, sendo que um mesmo trabalhador podia assumir mais de uma dessas funções.

Alguns trabalhadores sofrem grande impacto quando chegam ao garimpo. O senhor Luiz, mais conhecido como Barbudo, ex-agricultor que

⁴² Entrevista com senhor Joaquim concedida em 29.09.2005.

trabalhou no garimpo desde seu início em 1980, morador da Vila de Serra Pelada, declara que:

(...) chegava companheiro aqui chegava olhava pra as escadas olhava pro garimpo se tremia lá em cima parecia uma vara verde e chorava com a mão na cabeça “eu não tenho dinheiro pra voltar pra trás, eu quero ir me’imbora, eu não tenho dinheiro pra voltar pra trás”. Calma! Ia na Coordenação na coordenação de manhã ou de tarde chamava o garimpeiro: “ garimpeiro, tem dois garimpeiro querendo ir embora, porque chegaram e não podem trabalhar no garimpo, chegaram e ficaram com medo, não querem descer” (...) O quê o garimpeiro fazia? Aquela correnteza de garimpeiro o cara com o chapuzão ou uma caixa lá, o garimpeiro jogando de 5 conto, de 10 conto, garimpeiro jogou até de 50 conto e 100 conto... era um louvor para o garimpeiro gritar e dizer assim: “vai embora esmorecido tu veio no garimpo volta garimpeiro volta chorando mas diz que tu tá rico vagabundo, tu veio aqui mas tu não sabe o que é garimpo tu veio foi trabalhar em grota aqui é garimpo!

Quando decidem permanecer e enfrentar o trabalho vão aprendendo o ofício de garimpagem uns com os outros e adaptando equipamentos para as funções de extração e beneficiamento do ouro. Seu orgulho de poder ajudar o garimpeiro “esmorecido” o coloca na situação de participante de uma coletividade, “aquela correnteza de garimpeiro”, onde a representação de abundância era característica essencial. Dessa forma, os trabalhadores inexperientes têm a possibilidade de aprender o ofício da garimpagem com

aqueles que já dominavam o processo de beneficiamento, ou recuarem frente ao desafio de trabalhar naquelas condições peculiares.

Ainda há outras modalidades de relações estabelecidas no âmbito do garimpo, como por exemplo a sociedade, onde o patrão detém 50% da produção e demais sócios 10 a 20%, sendo o restante do ganho dividido com os trabalhadores especializados. Nessa modalidade os riscos e custos são divididos entre todos sócios de modo proporcional ao percentual da sociedade.

Narrativas de garimpeiros revelam como conhecem seu trabalho, desenvolvem habilidades e forjam seus instrumentos de garimpagem. Entre as dificuldades enfrentadas pelos garimpeiros, se destacam a precariedade de equipamentos técnicos e a insuficiência de recursos financeiros, além da presença militar, exercendo pressão nos modos de trabalhar. O senhor Luis Borges, dono de um barranco, expressa essa realidade, referindo-se à mecanização, uma questão atravessada por muitas tensões:

Eu não nasci pra bamburrar muito, eu peguei também, descobri serviço bom, eu mesmo, os homens, é que não era pra ensinar o sujeito a trabalhar, só tapear, aquele ouro eu ouvi falar de comprar um britador. 'Não, tem que bater é de pau mesmo, o garimpo é manual, num tem negócio de mecanizar não'. No outro ano mecanizaram, deixaram comprar britadores. Se no tempo do meu cascalho se fosse no britador, era só ouro a terra. Ninguém sabia que o ouro era cravado naquela terra, ele ficava branco, queimava e ficava bonito.

Alguns garimpeiros - proprietários de catas em sua maioria - conseguiram enriquecer em Serra Pelada e reinvestiram seu capital no garimpo. O custo para manter a exploração de um barranco é alto e arriscado e muitos viram o garimpo tomar tudo o que tinham conseguido. A aplicação de capital na compra de motos-bombas, britadores, dragas, alimentação de trabalhadores, transporte, enfim, a manutenção de um barranco era bastante elevada. A existência de sabotagens no garimpo, acidentes ocasionados pelos militares e quebra das máquinas também tornava esse empreendimento arriscado.

A esperança permanente de todos é bamburrar, isto é, encontrar muito ouro, o que pode multiplicar o ganho do trabalhador. Essa expectativa de enriquecer leva o trabalhador a se submeter as mais diversas formas de exploração. Em período de apuração do ouro, a jornada de trabalho estende-se até a noite, o ritmo imposto pelas máquinas também contribui para o agravamento das condições de trabalho dos garimpeiros. Durante o período em que a apuração é reduzida, seu salário passa a ser sua alimentação, mantida pelo patrão/financiador. A divisão extremamente desigual do resultado da produção do ouro desfaz essa ilusão, a realidade do garimpo é de trabalho duro e de pouco ganho mesmo para os trabalhadores especializados. Em alguns casos, quando essa possibilidade se torna realidade, o fato do trabalhador se transformar em patrão ou sócio disfarça a realidade espoliativa desse trabalho.

Os garimpeiros ricos são, na sua maioria, empresários, fazendeiros ou funcionários de construtoras que tinham algum capital para investimentos, ou seja, com maior possibilidade de produzir mais riqueza. Não tinham experiência como garimpeiros. Nas falas destes, depreende-se uma aproximação política com os militares que administravam o garimpo. São fazendeiros, empresários, comerciantes, advogados, funcionários públicos, madeireiros e um grupo de funcionários do alto escalão da Construtora Camargo Correia (engenheiro civil, neurologista, empreiteiro e economista) que trabalhavam na hidroelétrica de Tucuruí. Declaram serem patrões de 100 a 400 homens, donos de mais de uma dezena de barrancos, tendo produzido de 300 quilos a uma tonelada de ouro.⁴³

O fenômeno da concentração da propriedade também vai acontecendo. Alguns patrões passam a ser proprietários de dezenas de barrancos e ter, em alguns casos, até duas ou três centenas de homens trabalhando para si. Levantamento feito pelo Ministério das Minas e Energia e comentado por Ricardo Kotscho⁴⁴ em *Serra Pelada: ferida aberta na selva*, aponta para a concentração de renda no garimpo "... os bamburrados, os 2% que ficam com 72,42% da renda de todo ouro encontrado (...) a maior parte da produção de ouro de Serra Pelada é controlada por apenas 104 pessoas."⁴⁵ Logo se deduz que 98% em 1983, da população garimpeira, divide 27,58% do restante da renda; aí se encontram os diaristas e a maioria dos meias-praça.

⁴³ Cf. Revista do Garimpeiro, 1983. Pp. 26-40.

⁴⁴ KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada: ferida aberta na selva*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.66.

⁴⁵ Idem. p. 07.

O meia-praça encontra-se um pouco acima na pirâmide econômica, são pequenos cotistas que exploram o ouro livre de despesas. Recebem proporcionalmente ao percentual que detém no barranco e suas quotas variam, geralmente, de um a cinco por cento.



Figura 5: Garimpeiro manuseando a *cobra fumando*. Fotografia de Jorge Araujo. In: KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada: ferida aberta na selva*. s/n.

O regime de meia-praça, tradicional nas relações de trabalho no garimpo, implica numa relação específica com o patrão. O patrão ou financiador fornece alimento, combustível, ferramentas, além do pagamento do salário dos diaristas e recebe a maior parte da produção, geralmente 50% a 70%, dependendo da quantidade de meia-praças ou existência de sociedade. O trabalhador entra com o trabalho e o dono do barranco com os meios de

produção e a responsabilidade pelos custos da extração do ouro, estabelecendo a relação específica entre patrão e empregado com características do aviamento no garimpo.

Tanto Mathis quanto Ferreira, partindo de perspectivas distintas, observam a relação entre o regime de meia-praça e o sistema de aviamento próprio dos garimpos, atribuindo a este último a característica de representar um “salto qualitativo em relação ao aviamento”.⁴⁶ Ou ainda, perceber o regime de meia-praça “a forma de remuneração em princípio mais adequada no garimpo”.⁴⁷ Num barranco onde “deu ouro”, ser meia-praça pode significar ter direito a receber dois, três ou cinco quilos de ouro, um valor razoavelmente alto para a média salarial de um trabalhador. Todavia, o alto custo para manter-se no garimpo e o não reconhecimento de direitos trabalhistas nos leva a questionar essa interpretação positiva das relações de trabalho no interior do garimpo

O aviamento é um regime de trabalho comum e tradicional na Amazônia, sobretudo nas relações de extrativismo como nos seringais e castanhais. Entretanto, algumas peculiaridades na extração do ouro o diferenciam dos demais aviamentos. Ao contrário do aviamento do trabalhador da borracha ou castanha, nos garimpos não há necessidade de endividamento permanente do trabalhador garimpeiro, graças à grande disponibilidade de mão de obra. A possibilidade de acompanhar a venda ou receber sua quota em ouro diminui o controle sobre o trabalhador e garante o cumprimento dessa forma de contrato.

⁴⁶ MATHIS, Armin. *Garimpos de ouro na Amazônia: atores sociais relações de trabalho e condições de vida*. Pp.07.

⁴⁷ FERREIRA, Afonso Henriques Borges. *Sobre o garimpo de ouro: notas acerca da evolução recente da atividade no Brasil e um estudo de caso no sul do Pará*. p. 329.

O trabalho no garimpo, por sua remuneração mais elevada em relação aos demais trabalhos na Amazônia, dispensa a imobilização do trabalhador, distinguindo-se, assim, das demais formas aviamento tradicionais.

Contudo, esse regime de trabalho concede ao patrão o direito de dividir os riscos de exploração com os trabalhadores ao reduzir os investimentos. Estes riscos estão relacionados à incerteza em relação à produtividade do barranco, à instabilidade política no interior do garimpo e ao alto custo de manutenção de um barranco. Dessa forma o regime de aviamento, através de sistema de meia-praça, acentuou as desigualdades existentes entre trabalhadores e proprietários. Em períodos em que a produção é baixa podemos comparar as condições do trabalhador com as piores existentes na Amazônia, pela ausência de remuneração.

A partir de maio de 1980 a Coordenação, como era chamado o governo militar no garimpo, instalou repartições públicas tornando Serra Pelada um garimpo distinto dos demais ao estabelecer novas regras na disputa pelo território. Dentre as medidas tomadas pela Coordenação, sob comando do Conselho Nacional de Segurança, podemos citar a instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal para a compra do ouro, casa de fundição, posto dos Correios, Cobal - Companhia Brasileira de Alimentos, Sucam - Superintendência de Campanha, DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, posto de saúde, cinema e quadra de esportes. Órgãos policiais subordinados ao Serviço Nacional de Informação. Polícias militares e federais e agentes do serviço reservado do exército, também se instalam no garimpo.

Para uma população carente de serviços básicos oferecidos pelo Estado, essas medidas indicaram uma mudança significativa nas condições básicas de vida dos trabalhadores. Essa mudança é apontada pelo senhor Barbudo, morador da vila de Serra Pelada:

O filme a televisão. Assim que Curió assumiu a responsabilidade de Serra Pelada ele trouxe o médico, ele trouxe a assistência da Cobal, ele trouxe o cinema, ele trouxe a segurança da polícia federal, ele trouxe a concretização da compra de ouro legal, deu carteira para o garimpeiro ter direito de vender seu ouro disponível na Caixa Econômica Federal, queimado ou sem queimar... depois de 84 começou os assaltos, mas nunca ficou sem assistência da polícia federal.⁴⁸

A partir de 1983, com a substituição da administração militar pelo DNPM, parte das repartições públicas, até então existentes no interior do garimpo, são retiradas. O comércio particular substituiu a venda de alimentos e a oferta de serviços. Com a diminuição da produção de ouro nos anos posteriores e o aumento da concentração da renda, agravou-se a situação precária dos moradores de Serra Pelada.

Informações sobre o trabalho e sua organização podem ser percebidas na *Revista do Garimpeiro*, que expressa mais o olhar de garimpeiros que se tornaram proprietários de barrancos, que se aliam com Curió na defesa do modelo de garimpo. Nesse periódico, os comentários são de que “Curió trouxe consigo toda a organização que faltava”.⁴⁹ Este discurso referindo-se a ordem é bastante comum nas diversas entrevistas contidas na seção da revista

⁴⁸ Entrevista concedida em 29.01.2006.

⁴⁹ Revista do Garimpeiro. 1º edição, nov/dez, 1983. pp.35

intitulada *O povo que faz sucesso em Serra Pelada*. Algumas questões presentes na revista, como elogio sobre a gestão das forças armadas no garimpo, diga-se, gestão do Major Sebastião Curió, viabilidade da exploração manual, medidas organizativas e disputas com a estatal Companhia Vale do Rio Doce, são discutidas a partir da perspectiva dos proprietários.

A publicação deste único número da revista participa desse processo ajudando a compreender as articulações e alianças entre grandes proprietários de barranco e militares, ora defendendo o trabalho no garimpo, ora elogiando a gestão e as medidas tomadas pelo governo central em relação a Serra Pelada. Os relatos presente na *Revista do Garimpeiro* dos que enriqueceram, de que Serra Pelada era modelo exemplar de garimpo com ordem, harmonia e segurança, passa a fazer sentido quando se considera a distribuição da riqueza produzida. A compreensão das formas de apropriação dessa riqueza, ligada à constituição de uma “elite”, os modos de trabalhar, a complexidade das relações entre os diversos garimpeiros e a presença dos militares se tornam importante para percebermos como os trabalhadores participam dessas relações.

O setor mineral, no início da década de oitenta, movimenta-se articulado ao mercado internacional. A alta do preço do metal entre 1979 e 80 e o aumento da produção do ouro alavancada por Serra Pelada, atraiu o interesse empresarial da mineradora estatal. A implantação do Projeto Grande Carajás tornara a Companhia Vale do Rio Doce a principal opositora da garimpagem da jazida, já que seu interesse era explorar industrialmente o ouro de Serra Pelada. Engenheiros e geólogos da companhia faziam prognósticos de apenas

um ano de garimpagem. A implantação do PGC exigiu investimentos de capitais, aliando empresas nacionais e multinacionais e o Estado tornou Serra Pelada estratégica para os interesses empresariais em jogo.

A estatal CVRD disputou com os garimpeiros o direito à exploração de áreas de extração do ouro. No interior da chamada Província Mineral de Carajás havia quatro áreas disputadas entre garimpeiros e a CVRD, são elas: Serra Pelada e Cumaru no estado do Pará e Gurupí-Maracaçumé entre os estados do Pará e Maranhão, e por último, a área entre os municípios de Brejinho de Nazaré, Porto Nacional e Araguaína no atual estado do Tocantins. As duas primeiras áreas, Serra Pelada e Cumaru, tornaram-se área reservadas à garimpagem em 1984.

Abaixo de uma fotografia aérea, a legenda comenta: “descoloridas casas de garimpeiros se espalham pela paisagem lunar da Serra Pelada”⁵⁰. Ao lado de uma gravura de Jean Baptiste Debret onde escravos garimpam com bateias a fotografia de um garimpeiro acorado com sua bateia e a inscrição “no Brasil colônia, os mesmos métodos dos garimpeiros de hoje”. Segundo a primeira matéria de capa da revista *Veja* sobre o garimpo Serra Pelada, o método artesanal do garimpeiro inviabilizaria a exploração manual do garimpo em um ano e a exploração mecanizada – sob responsabilidade da CVRD - seria questão de tempo. Essas previsões serão reforçadas nos relatórios dos geólogos da Rio Doce Geologia e Mineração e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, apresentado no I Simpósio de Geologia da Amazônia em 1982, de que o ouro de aluvião concentra-se em camadas superficiais do solo

⁵⁰ Revista *Veja*, 11 de junho de 1980. Pp. 76-81.

e os métodos empregados pelos garimpeiros tinham baixo aproveitamento. A profundidade da mina e métodos da garimpagem tornaria inviável a exploração manual por mais tempo. A inviabilidade da exploração manual se converte em argumento para o fechamento da mina.

Em 1982 a estatal CVRD já possuía conhecimento e capacidade logística suficiente para explorar industrialmente Serra Pelada, mas isso significava, também, desempregar pelo menos trinta mil homens. A implantação do Projeto Grande Carajás envolveu interesses mais amplos de empresários brasileiros e mineradoras estrangeiras no investimento de capital na exploração mineral. Jogos de interesses se tornam explícitos ao observarmos posições dos empresários, a alta cotação do ouro no mercado internacional e sua importância estratégica. Tais fatores tornaram Serra Pelada alvo de disputa entre diferentes forças e interesses no interior do Estado. A precariedade de trabalho e moradia da população garimpeira é minimizada pelas histórias de aventuras dos *bamburrados*.

A ação do governo federal na primeira metade a década de 80, na disputa pela exploração de Serra Pelada se caracteriza por dubiedades e hesitações. Segundo Ferreira, o governo federal tem privilegiado as empresas mineradoras na exploração do ouro. “Dados os maiores índices de recuperação da mineração mecanizada em comparação com os do garimpo e a maior facilidade de fiscalização”,⁵¹ além de tornar mais eficiente a comercialização e controle da produção. Essas proposições são questionáveis e estão ligadas a interesses diversos. Por outro lado, o fechamento do garimpo não poderia

⁵¹ FERREIRA, Afonso Henriques Borges. *Sobre o garimpo de ouro: notas acerca da evolução recente da atividade no Brasil e um estudo de caso no sul do Pará*. P.323.

dispensar o uso de violência, o que elevaria a tensão social na região, já que Serra Pelada e os demais garimpos polarizam interesses mais amplos que os da população garimpeira especificamente.

Dos pronunciamentos do Presidente João Batista Figueiredo e do Ministro das Minas e Energias César Cals na imprensa, percebe-se que o governo central não tinha, no período, noção da quantidade de ouro existente na jazida e não acreditava na possibilidade da exploração manual se estender por mais tempo. O próprio trabalho dos garimpeiros levaria a inviabilidade da exploração manual e, assim sendo, o início da exploração industrial seria uma questão de tempo. Estudos dos geólogos da DOCEGEO reforçam tecnicamente essa certeza política.

Algumas cidades surgiram ou cresceram em função da existência de áreas de exploração do ouro. As cidades de Eldorado dos Carajás e Curionópolis, que se constituem em aglomerados urbanos, têm suas histórias ligadas à existência de Serra Pelada.

Enquanto movimentos sociais urbanos levantam a bandeira da redemocratização, o Estado militar tenta disciplinar política e socialmente milhares de trabalhadores ao desqualificar suas formas de trabalho e organização. O monopólio exercido pelo governo federal na produção, comércio e transporte do ouro interditou práticas e costumes que eram considerados como fatores que se opunham a racionalidade empresarial, ou seja, uma organização que garantisse, segundo eles, maior rendimento do trabalho e menores perdas na produção.

Nesse sentido, um pretenso consumo de bebidas alcoólicas, o uso de armas e a presença de mulheres eram criticados como obstáculos a um processo extrativo mais eficiente. Os argumentos centravam-se no garimpo de Serra Pelada como local exclusivo de trabalho, considerando os garimpeiros como meros trabalhadores cuja presença se justificava no sentido de produzir mais e melhor

Essa orientação não levou em conta modos culturais de viver e de lutar no lugar, ou melhor, procurou desarticular esses modos de viver, para melhor exercer a dominação na experiência cotidiana. Nessa direção, compartilho as reflexões de Déa Fenelon, quando diz:

É nesse campo que queremos também redefinir nossas noções de lutas de classes, para perceber que esta cultura nada mais é do que o modo de vida das classes trabalhadoras e que aí se define o campo de forças, em embates constantes, tornando a cultura, assim entendida, o espaço privilegiado para o entendimento das contradições colocadas pelo processo. E o interesse nesta abordagem não passa por concepções de descrever ou constatar como se desenvolve esta vida e se desenrolam estas lutas, mas passa por tentar entender o como e o porquê isto acontece, recuperando sim sentimentos, valores, sensações de perda e necessidade de reconstrução e sobrevivência para entender o constante fazer-se e refazer-se das classes trabalhadoras.⁵²

Em Serra Pelada durante o auge da exploração, na primeira metade da década de oitenta, as condições de trabalho e moradia não foram modificadas e com o passar do tempo foram até agravadas pela grande população de

⁵² FENELON, Déa Ribeiro. *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?*. In Revista História & perspectiva, Uberlândia: UFU, Jan/jun. 1992. p.18.

garimpeiros. estes moravam e trabalhavam em barracos cobertos de palha ou lona, geralmente com dez a vinte trabalhadores especializados. A instalação de uma administração militar em Serra Pelada favoreceu um melhor controle do governo federal sem, no entanto, melhorar as condições de vida dos garimpeiros. Ferreira, ao se referir às condições de trabalho observa: *Inexiste fiscalização das condições de trabalho, a legislação trabalhista referente às atividades de alto grau de periculosidade e insalubridade não é observada e os encargos sociais (previdência, etc) não são recolhidos.*⁵³

Doenças como tuberculose, febre amarela, meningite, pneumonia e gripes, são ocorrências próprias desse tipo de trabalho que se desenvolve em contato direto com a natureza. Além de serem citadas ou comentadas em documentos escritos, os garimpeiros entrevistados lembram-se de uma poeira que ficava suspensa dentro da mina e causava doença. No período chuvoso referem-se a uma lama pastosa chamada de *melexete*, que deixava o trabalhador da cor do solo do garimpo. Além disso, o uso indiscriminado de mercúrio utilizado na queima do ouro ataca o sistema respiratório e nervoso ao ser inalado deixando seqüelas irreversíveis.

Os acidentes também eram bastante comuns nos garimpos, a possibilidade de morrer fazia parte do modo de ser do garimpeiro. O senhor Luis Borges, dono de um barranco, contrário a administração militar no garimpo, lembra de um grande acidente registrado em 1983 que matou quase trinta garimpeiros. Era o início do período chuvoso e os tratores faziam terraplanagem, retirando terra das bordas da mina. Trabalhar no garimpo,

⁵³ FERREIRA, Afonso Henriques Borges. "Sobre o garimpo de ouro: notas acerca da evolução recente da atividade no Brasil e um estudo de caso no sul do Pará". p. 325.

transportar sacos de terra para seleção do material, subir as longas escadas que chegam a medir cinquenta metros é um trabalho perigoso, enfrentado diariamente pelos “formigas”. A quantidade de acidentes lembrados pelos entrevistados é discrepante em relação aos registros presente na imprensa, pelo menos durante o período em que o governo central administrou Serra Pelada.



Figura 6: escadas conhecidas como “adeus mamãe”. Fotografia: Sebastião Salgado. In: *Trabalhadores: arqueologia da era industrial*. p.314.

No relato sobre o acidente ocorrido em 1983, mesmo Luis Borges, chega a falar em “coisa forjada”. Nesse comentário percebe-se uma crítica implícita à administração da mina, por expor os trabalhadores a sérios riscos. Ele diz,

Em 83 teve acidente feio, mas foi coisa forjada, forjação, coisa forjada. “É proibido passar por aqui!” “tem que passar por ali”. Botou o povo tudo pra passar por uma região lá, e toda fortuna é que aconteceu de tarde, que aquilo acontecesse as nove do dia aí ia morrer era duzentos, morreu só uns vinte e pouco... esbarreirou... quebrou a barreira (vruuummm), desceu tudo no meio da ladeira, outros nas escadas, outros tava lá embaixo.⁵⁴

Os comentários do senhor Luis oferecem pistas sobre as condições de trabalho, particularmente dos diaristas ou homens-formigas, garimpeiros que carregavam sacos de terra, percorrendo em média vinte e cinco quilômetros por jornada de trabalho. Recebem como o nome sugere, por dia trabalhado e não têm nenhum percentual na produção de ouro do barranco. Apesar da impossibilidade da grande maioria desses trabalhadores ficar rica, continua a busca por esse trabalho, mesmo depois da implantação de normas pela administração militar por meio dos quais passam a ser considerados “furões”. Esses garimpeiros transportadores formam a imensa maioria dos trabalhadores e sua participação na riqueza produzida é mínima.

Apesar da imprecisão do número da população absoluta de Serra Pelada informada pela imprensa, podemos perceber que as diferenças sociais são gritantes. A *Revista do Garimpeiro* afirma que a população total de garimpeiros no ano de 1983 é de 120 mil (a revista afirma, na página anterior, ser 100 mil), sendo 48 mil legais e 72 mil sem registro do Sindicato Nacional dos Garimpeiros⁵⁵. Kotscho⁵⁶ informa serem 80 mil homens trabalhando no mesmo ano. O que as duas fontes têm em comum é a constatação de um

⁵⁴ Luis Borges, entrevistado em 27.07.2007.

⁵⁵ Revista do garimpeiro, 1º edição, nov/dez, 1983. pp.4- 5.

⁵⁶ KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada: ferida aberta na selva*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.8.

afrouxamento, por parte do governo militar, nas normas para entrada no garimpo em 1983, após as eleições do ano anterior.

O aumento dessa população concorre para o agravamento das péssimas condições de vida no lugar. Em novembro de 1984, no início do período chuvoso da região, o jornal O Liberal⁵⁷ noticia a existência de 50 mil homens no garimpo, dizendo que “a maioria passa fome”, enquanto o barranco não produz ouro meia-praças e diaristas trabalham para se alimentar.

Também não é comum, nem fácil, um meia-praça bamburrar. O senhor Joaquim, um meia-praça de Serra Pelada tenta explicar por que não conseguiu enriquecer no garimpo.

(...) não tive sorte de bamburrar, por que quando eu cheguei lá e fomos baixar o barranco chegamos no ouro parou. O que nós tivemos de tirar no nosso barranco foi sete quilos de ouro na noite que parou uma chuva muito pesada os federal chegou e disse: sobe! sobe! Que tá rachando tudo! Fechemos... subimos, olhava pra trás quase chorando olhando pro pingo d'água caindo em riba batendo no barro e ver o ouro.⁵⁸

Em conversa, antes da gravação da entrevista, Joaquim havia revelado que ao baixar o primeiro barranco do qual era meia-praça, teve seu trabalho interrompido por uma laje de pedras, tornando inviável para quem não tinha capital a continuidade da exploração. O barranco foi vendido para um rico garimpeiro e logo em seguida “deu ouro”. Logo se percebe que a sorte não era fator determinante para se tornar rico no garimpo. Com capital e algum risco, é

⁵⁷ O Liberal, 09/11/1984.

⁵⁸ Entrevista concedida pelo senhor Joaquim dos Santos, em 12.10.2005.

possível manter um barranco por semanas sem produzir ouro. Recursos financeiros tornaram possível o emprego de britadores, a *cobra fumando*, e moto-bombas que facilitaram a extração e apuração do ouro.

A partir de 1983, esses recursos possibilitam uma significativa ampliação da produção pelos patrões, graças à descoberta de novos filões de ouro na área chamada de Babilônia.

A *Revista do Garimpeiro* um grupo de bamburrado declaram seu apoio a garimpagem em oposição a CVRD, nesse grupo encontra os líderes dos garimpeiros que se declaram cabo eleitoral do recém eleito deputado federal Sebastião Curió. Kotscho nos dá mais algumas informações sobre a riqueza dos bamburrados “Manelão já pegou 800 quilos de ouro; Antonio Lopes, 600 quilos, os Catarinas (...), 500 quilos; Marlon, mais de 1 200 quilos, e por aí vai.” Esses são alguns, do pequeno grupo, que constroem um discurso em defesa da continuidade da exploração manual do garimpo tendo como argumento a luta contra o desemprego, a solução para o problema da seca e sobrevivência da região; e que por outro lado mostram-se “apreensivos” com as consequências econômicas e sociais do fechamento do garimpo e a possibilidade de conflitos.

Seu Joaquim, meia-praça nos primeiros anos do garimpo e morador da cidade de Marabá, lembra com alegria a chegada do Major Curió em maio de 1980 no garimpo:

Nós estava lá dentro da Serra quando um colega meu chamado José Aguilu que era o guia do Curió vinha correndo e disse Joaquim! Joaquim! Tu sabe quem ta aí? O Curió chegou, de hoje a três dias não tem mais tiro dentro de Serra Pelada e eu rapaz mas o quê?! Chegou mesmo? Chegou. Eu já tinha trabalhado como policia civil, eu já sabia quem era o homem.⁵⁹

Já para o garimpeiro Alderico, que se encontrava no garimpo desde março de 1980, a presença de Curió e demais militares resultou numa tensão e desorganização dos garimpeiros:

‘Olha Alderico agora só entra com carteira, tem lá um comandante, Sebastião Curió e a policia federal, agora só entra com a carteira’, aí eu disse: ‘rapaz e onde tira essa carteira?’ Tirei a carteira, quando cheguei lá [no garimpo] já tinham invadido meu barranco.⁶⁰

A memória dos trabalhadores nos dá pistas de como esse poder hegemônico exercido em meio a pressões e limites nas relações sociais estabelecidas no interior do garimpo. Segundo Williams, a hegemonia, “é *um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis*”, nesse processo ela “*tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre resistência*

⁵⁹ Entrevista concedida pelo senhor Joaquim dos Santos, em 12.10.2005.

⁶⁰ Entrevista concedida pelo senhor Alderico, em 26.07.2006.

*continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões”.*⁶¹

Há vários registros da disputa da recém criada Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coogar), pela continuidade da exploração manual no ano de 1983. Como a aliança com políticos, empresários locais e apoio do Sindicato Nacional dos Garimpeiros. Os garimpeiros vivenciaram esses enfrentamentos de várias formas, desde ocupação de rodovias e ida a Brasília a desobediência da proibição de trabalhar na mina.

O ano de 1983 foi especialmente tenso, pois o Presidente da República João Figueiredo, não aceitara novo pedido de prorrogação da exploração manual de Serra Pelada. Curió apresenta projeto de lei propondo prorrogação por cinco anos, o governo federal veta e o Congresso derruba, pela primeira vez durante o regime militar, o veto do Presidente e aprova em regime de urgência o projeto de Curió.

Qual a relação entre essa tensão e a produção da *Revista do Garimpeiro*? É bastante curioso que, apesar do posicionamento reticente do Presidente Figueiredo e do Ministro das Minas e Energia César Cals, não há nenhuma crítica ao governo por parte da revista, nem tampouco por parte de Curió na entrevista citada acima.

Segundo Almeida⁶², os garimpeiros alegam que somente depois da descoberta dos veios é que as empresas de mineração entram, junto ao

⁶¹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p.115.

DNPM, com o pedido de exploração da área sendo a pouca mão de obra absorvida. Daí a resistência por parte dos garimpeiros na mecanização dos garimpos. Hoje o discurso dos garimpeiros mudou, eles estão convencidos da inviabilidade da exploração manual de Serra Pelada.

Essa versão desconsidera as diferentes condições em que os garimpeiros se encontravam, a possibilidade de um diarista bamburrar é óbvio, muito menor que de um patrão proprietário de dez barrancos. Apenas 2% dos garimpeiros tornaram-se detentores de aproximadamente dois terços da produção total do ouro, uma concentração de renda não encontrada em nenhuma outra parte do Brasil na década de 1980.

⁶² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Seminário Consulta, 1995.

Capítulo III

Lutas, tensões e direito ao lugar

A Serra Pelada está próxima de ser reaberta não para trabalho manual, vai ser mecanizado.⁶³

Os garimpeiros sentem na carne as ameaças de sua substituição pelas máquinas, exatamente quando as escavações que fizeram a pá e picareta se aproximam das camadas de ouro já denunciados pelas sondas da grande empresa.⁶⁴

A mina de Serra Pelada se transformou em um imenso lago com cerca de cem metros de profundidade. Desde sua descoberta em 1980 até seu fechamento em 1992, produziu, segundo dados oficiais, mais de 40 toneladas de ouro. A população que chegou a oitenta mil trabalhadores em meados dos anos 80 reduziu-se para menos de dois mil moradores hoje. A vila de Serra Pelada, contudo, continua sendo a principal referência para mais de quarenta e dois mil garimpeiros espalhados por todo o Brasil que lutam pelo espólio de seu trabalho. Pode-se afirmar que a história do garimpo é a história da luta desses

⁶³ Joaquim, garimpeiro de Serra Pelada, 22.09.2005.

⁶⁴ Revista do Garimpeiro, 1983. p. 09.

homens contra, principalmente, os interesses da Companhia Vale do Rio Doce, hoje rebatizada de Vale.

Se durante os doze anos de atividade garimpeira a oposição à exploração industrial era a principal força aglutinadora que os unia, hoje ocorre exatamente o inverso com a possibilidade de parcerias para exploração industrial. As mudanças mais significativas, portanto, se encontram na defesa da exploração industrial da jazida e na luta por direitos trabalhistas pelos garimpeiros.

A viabilidade da exploração manual deixou de ser defendida, uma vez que o acesso ao minério de ouro tornou-se muito difícil. A parceria firmada entre a Coomigasp – Cooperativa Mineral dos Garimpeiros de Serra Pelada e a mineradora Colossus - subsidiária no Brasil da mineradora canadense Aura Gold - indica a viabilidade da exploração e o potencial econômico da área de cem hectares pertencente aos garimpeiros. No final de 2007, a mineradora Colossus deu início a pesquisas geológicas. O resultado dessas prospecções, que estão em andamento, é o primeiro passo para a exploração industrial. Após a conclusão dessa etapa, sucederá a segunda fase do empreendimento a instalação dos equipamentos para exploração mineral propriamente dita. Na primeira fase, os estudos do subsolo restringem-se a montueira, local onde era descartado o cascalho já lavado e a terra retirada das terraplanagens.

A Coomigasp é a principal entidade que representa os garimpeiros de Serra Pelada na região, congregando a grande maioria deles. Um recadastramento foi realizado em 2005, apelidado pelos técnicos do Ministério de Minas e Energia de “readequação”. Esse processo atingiu aproximadamente

43 mil garimpeiros que trabalharam em Serra Pelada e junto à Coogar, nome da primeira e única cooperativa existente em Serra Pelada entre os anos 1983 a 1988. A readequação foi um dos meios fundamentais pelo quais garimpeiros voltaram a se organizar em torno da luta pelo direito de exploração mineral de Serra Pelada. O governo federal, que atua nesse processo, definiu uma área de cem hectares para exploração mineral e outros duzentos e setenta hectares para as instalações necessárias para a extração industrial do ouro.

Esse processo, dirigido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, envolveu a cessão de alvará de pesquisa mineral da Companhia Vale do Rio Doce à Coomigasp. Os garimpeiros poderão comprovar sua vinculação à Coogar de três maneiras: mediante apresentação da carteira da cooperativa, carteira da Coomigasp com o número da matrícula da Coogar e listagem dos antigos associados da Coogar que está em poder da Coomigasp.

Os Casos que não se incluírem nestas condições serão considerados pendentes e, posteriormente, analisados por uma comissão formada pela Coomigasp e Singasp e pelos técnicos do DNPM, que levarão em consideração provas testemunhais e documentos que comprovem a atividade como garimpeiro.

O início dessas negociações, em 2005, fez surgir divergências entre a cooperativa e o sindicato, uma vez que a diretoria Coomigasp não reconhecia como associados aqueles garimpeiros que não tinha a carteira da Coogar. A posição defendia a inclusão de todos os garimpeiros que pudessem comprovar sua atividade no garimpo de Serra Pelada, tendo este último posicionamento prevalecido.

A Coomigasp, herdeira da antiga Coogar – Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, fundada em 1983 sob a tutela de Sebastião Curió, alterou seu nome no fim do ano de 1988 em razão das mudanças na legislação federal. No entanto, existem outras entidades que reivindicam o direito de cumprir esse mesmo propósito. Dentre as mais conhecidas estão a Coompro – Cooperativa Mista dos Garimpeiros Proprietários de Cata de Serra Pelada Ltda, Coomic – Cooperativa Mista do Garimpo da Cotia, Coomipe - Cooperativa dos Garimpeiros dos Minérios de Serra Pelada, Comamse - Cooperativa Mista Agro-Mineral do Rio Sereno – Compag Cooperativa Mista dos Produtores Agricultores e Garimpeiros de Curionópolis.

Os postos onde os garimpeiros puderam regularizar sua situação na Coomigasp foram distribuídos em 15 municípios: Araguatins, Araguaína e Palmas no estado do Tocantins; Boa Viagem, Ceará; Itaituba, Marabá, Novo Repartimento e Serra Pelada (município de Curionópolis) no Pará; Santa Inês, São Luís, Presidente Dutra e Imperatriz, localizados no Maranhão. Além desses, há postos nas seguintes capitais Boa Vista, Roraima; Brasília no Distrito Federal e Teresina, no estado do Piauí.

A readequação dos ex-associados da Coogar à Coomigasp foi o primeiro passo para que o Governo Federal regularize os direitos de exploração mineral dos garimpeiros que trabalharam no garimpo de Serra Pelada. Durante o processo de negociação foi aprovado pela Coomigasp e Singasp, a princípio, que somente serão readequados os antigos associados da Coogar. Esta questão tomou dimensões complexas sendo resolvido com a aprovação do novo estatuto em 2008 e a inclusão de todos os garimpeiros associados ou não a antiga cooperativa.

Os últimos anos no garimpo foram marcados por conflitos, com grupos rivais querendo assumir a liderança das negociações. Afinal, o que está em jogo poderá render uma considerável renda e mudar a vida de até 43 mil ex-garimpeiros, de acordo com os registros da Receita Federal. O número de associados saltou de menos de 10 mil em 2002 para 43mil associados em 2007, no final do recadastramento.

Além das cooperativas podemos ainda citar os sindicatos que representam também a categoria dos garimpeiros. Singasp – Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada, Sinmbras – Sindicato dos Mineradores do Brasil, SNG – Sindicato Nacional dos Garimpeiros e Ungb – União dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil, e também a União dos Sindicatos e Associações dos Garimpeiros da Amazônia Legal, Usagal. Todas essas entidades representantes dão idéia das diversas posições políticas, dos múltiplos interesses em jogo e das tensões que envolvem a reabertura de Serra Pelada.

Recentemente surgiu o MTM – Movimento dos Trabalhadores na Mineração que luta pela retomada de parte da área de Serra Pelada em oposição à atual diretoria da Coomigasp e a CVRD. Esse movimento aliou-se ao MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e é formado da união de membros das cooperativas e sindicato dos garimpeiros. Essa aliança aponta para a oposição desse movimento à CVRD, além da identificação da origem rural dos trabalhadores que a compõe.

Desde sua origem, a Coomigasp tem sido disputada por diversos grupos de garimpeiros. As diversas frentes de luta - judiciais, políticas e sociais – em defesa do adiamento do fechamento da mina, teve na cooperativa um importante espaço de reivindicação dos garimpeiros. As disputas pela direção da cooperativa se acirraram desde que o acordo com as mineradoras Colossus e Vale foi firmado para a retomada da exploração de parte da mina.

No dia nove de julho de 2006 depois da invasão da sede desta cooperativa, em meio a uma tumultuada eleição para a nova diretoria, toma posse Valderir Falcão, candidato de oposição a Josimar Elizio Barbosa, então presidente da Coomigasp. Desde esse período, o que se seguiu foi uma série de disputas judiciais e políticas entre a diretoria recém-eleita e os antigos membros da cooperativa. A diretoria recém empossada interrompeu as negociações com a mineradora norte-americana Phoenix Gems para a mineração industrial de Serra Pelada.

Em 2003 os rumores sobre negociações da cooperativa com a mineradora norte-americana foram o estopim de mais uma violenta disputa entre os garimpeiros. Liderados pelo sindicato dos garimpeiros – Singasp - sob o comando de seu presidente Luis da Mata, os garimpeiros avançaram sobre a vila de Serra Pelada para afastar os antigos dirigentes da cooperativa, ligados ao prefeito de Curionópolis Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió.

O jornal Opinião, do município de Marabá, registrou a ação dos garimpeiros e assim relata:

A tranquilidade de domingo (12) foi quebrada em Serra Pelada pela invasão do garimpo por mais de 600 homens comandados pelo militante Luis da Mata. A ação foi rápida e estrategicamente planejada para a ocupação de dois pontos básicos: a entrada do garimpo e sede da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada.

Na primeira casa comercial da rua que dá acesso ao garimpo, mais precisamente em frente a “Casa do Ademir”, grupo de homens enfurecidos fechou o acesso ao povoado, colocando-se em posição de revidar qualquer tipo de reação que ali ocorresse. A ordem dada era para “ninguém sair do garimpo até que a gente controle a Cooperativa”, diziam.

Ao mesmo tempo, outro grupo de ex-garimpeiros tomava de assalto a sede da Coomigasp, causando tumulto, e aos gritos exigindo a renúncia de todos os diretores da entidade, conforme revelam testemunhas moradoras no povoado.”⁶⁵

Dois meses antes, em novembro de 2002, Antonio Clênio Cunha Lemos, opositor à direção da cooperativa e membro do sindicato em Curionópolis, fora assassinado nessa cidade. Esse crime, com características de pistolagem, deu início ao avanço da violência e tensão na disputa pelo domínio da cooperativa.

No ano de 2006, no início dessa pesquisa, um grupo formado pelo atual presidente da Coomigasp, Valderir Falcão e Raimundo Benigno Moreira, então presidente do Singasp deu início ao movimento que realizou eleições para a presidência da cooperativa, diretoria e para composição do conselho fiscal.

⁶⁵ Jornal Opinião, “Ex-Garimpeiros invadem cooperativa de Serra Pelada”, 14 e 15 de janeiro de 2003.

Essa eleição significou uma ruptura com gestões que, durante vinte e dois anos (entre os anos de 1984 a 2006), mantiveram o controle da cooperativa. As disputas se acirraram com a declaração do governo federal que concedia o direito de lavra de 100 hectares de Serra Pelada aos garimpeiros através da Coomigasp. A diretoria atual afirma que o acordo assinado com as mineradoras Colossus e Vale garante o recebimento de 500 mil reais em duas parcelas. Esse movimento dos garimpeiros quebrou 12 anos de hegemonia de diretorias da cooperativa aliadas com Sebastião Curió.

As políticas públicas em relação aos garimpos passaram por mudanças a partir de 1980. Em meio ao aumento do preço do ouro no início da década, o Estado passa a ter interesse especial pela atividade garimpeira. O garimpo passou a representar, para o Estado, uma fonte compensadora do desequilíbrio da balança comercial, causada pelo aumento do preço do petróleo⁶⁶. Esse interesse focou-se essencialmente na arrecadação de impostos e controle na compra do minério, passando ao largo das questões ambientais ou mudança nas péssimas condições de trabalho e de vida dos garimpeiros.

O ministro das Minas e Energia, César Cals, em 1981 procurou incentivar o surgimento de novos garimpos através da compra de ouro. Além de a prioridade das concessões de lavra continuar a ser dada à exploração das mineradoras, o governo federal procurou criar mecanismos para inibir o tráfico e aumentar a produção oficial. Diante dessa lógica, Serra Pelada sofreu intervenção militar em maio de 1980. No início desta década, a revista *Veja*

⁶⁶ Conforme MATHIS, Armin. *Riqueza volátil – a mineração do ouro na Amazônia*. CEJUP, Belém, 1997. p. 67.

notícia como esse investimento significaria um ótimo negócio para os cofres públicos, segundo a matéria:

O ministro César Cals pede à Secretaria de Planejamento Cr\$ 495 milhões para a organização de novas áreas de garimpo no país e, em troca, oferece 30 bilhões de cruzeiro de aumento na produção de ouro.⁶⁷

Um ano depois, uma proposta semelhante chega à pasta de Delfim Netto. As vantagens do pequeno investimento e a garantia de lucro certo foram possíveis graças à permanência das formas de organização dos trabalhadores, à manutenção das relações de trabalho existentes nos garimpos da Amazônia e ao aumento da fiscalização por parte de Estado. A alta cotação do ouro no mercado internacional tornou o garimpo viável: mão de obra em abundância, capital local investido pelos grandes proprietários de barranco e empresários, infra-estrutura urbana, sobretudo de transporte com pista de pouso para pequenos aviões. O garimpo apresenta-se como lugar onde diversos grupos disputam espaço e têm oportunidade de “fazer a vida”.

A revista Veja comenta a situação:

Nas próximas semanas, o ministro César Cals, das Minas e Energia, mandará a seu colega Delfim Netto, do Planejamento, um bilhete pedindo 800 milhões de cruzeiros para organizar 21 frentes de garimpo de ouro e pedras preciosas. Tudo indica que será dinheiro rápido, pois Cals tem um sólido argumento: há um ano, mandou um bilhete semelhante a Delfim, pedindo 500 milhões para o garimpo e prometendo devolver 30 bilhões

⁶⁷ Revista Veja, 28.01. 1981. p.36.

como resultado da extração das pedras. O ano acabou e, pela conta de Cals, Delfim recebeu 34 bilhões.⁶⁸

Como a maior parte do ouro produzido nos garimpos era vendida na informalidade, esse investimento significou uma mudança externa ao garimpo, ou seja, restringia-se ao comércio do ouro sem nenhuma mudança nas formas de trabalho. A compra do minério e cobrança de impostos foi suficiente para aumentar suas reservas e tornar o país capaz de mantê-las sem a necessidade de importação do minério. Graças à produção crescente dos garimpos e à exploração do trabalho dos garimpeiros, o governo federal pode reordenar sua política pública para os garimpos, tirando maior proveito. A descoberta e exploração de novas áreas foram toleradas desde que o ouro produzido não parasse nas mãos de contrabandistas. Embora o Estado tentasse garantir as concessões de lavras das jazidas ocupadas pelos garimpeiros para as mineradoras, os trabalhadores se constituíram garimpeiros, também, na defesa do direito de garimpar.

As formas de resistência a essas investidas do Estado em Serra Pelada foram constantes. As disputas, em oposição a CVRD, para manter o garimpo aberto, se irradiaram pelos municípios circunvizinhos. Entre 1983 a 1987 as manifestações públicas como assembléias, passeatas e ocupações de órgãos públicos demonstravam a força do movimento dos garimpeiros.

Depois de extinguir o prazo dado pelo presidente João Batista Figueiredo para o fechamento do garimpo em 15 de novembro de 1983 essas manifestações se intensificaram. A tensão da luta pela terra ganha

⁶⁸ Revista Veja, 24.02.1982. p. 34.

características próprias, envolvendo milhares de trabalhadores que se negavam a deixar o garimpo. Dinamização das cidades próximas ligada ao garimpo levou empresários e políticos locais a defender, também, a continuidade da garimpagem.

A partir de 1984, Serra Pelada ficou sob o domínio do DNPM, concomitante à constituição da cooperativa dos garimpeiros. Essa mudança é significativa na administração do garimpo, marcada por tensões e disputas. As constantes denúncias de perigo de acidentes e da inviabilidade do trabalho manual, por este órgão, eram acompanhadas pela tentativa da CVRD em instalar-se no garimpo. O governo não admitia, sob nenhuma hipótese, a presença dos garimpeiros.

Em 1987 o movimento vive seu momento mais dramático. Depois de ocuparem, em Marabá, a ponte rodo-ferroviária sobre o rio Tocantins, os garimpeiros impedem a passagem do trem da CVRD. Os dados sobre o número de mortos são imprecisos, mas não resta dúvida da reação violenta da polícia militar do estado do Pará. Estima-se o assassinato e desaparecimento de cerca de trinta garimpeiros no massacre da ponte, como ficou conhecido na época.

A mudança na política pública adotada em relação ao garimpo acontece, em princípio, com a intervenção militar, baseado no controle da exploração, transporte e comercialização do ouro. Essa política não visava alterar as condições de trabalho e de vida – ocorrência de doenças, acidente e violência – nem tampouco diminuir o impacto ambiental causado pela extração mineral. Seu objetivo era manter o monopólio da compra do ouro. Simultaneamente ao

surgimento de Serra Pelada, aparecem novas áreas de garimpagem na região de Carajás. Dentre as mais importantes podemos citar Tucumã, Cumaru, Andorinhas e Serra Azul. O ouro extraído nesses garimpos era comprado diretamente pelo governo central, chegando a alcançar uma média de 100 quilos de ouro por dia nos anos de 1980 e 81.

Se o garimpo foi usado como parte da estratégia do governo militar para conter movimentos sociais que lutavam, sobretudo, pela terra, pelos trabalhadores rurais e pequenos agricultores, no ambiente dos garimpos essa mesma luta assume novos contornos, como observam os diversos autores que debatem a questão dos garimpos da Amazônia. Com a implantação do PGC, enfim, a luta pela terra toma nova configuração com o surgimento dos garimpos.

A metáfora da “válvula de escape”, tão empregada por jornalistas e pesquisadores especializados sobre o garimpo, como desvio dos agricultores da luta pelo direito a terra, tem seus limites. Não foi capaz de explicar, na época, a escalada contínua de violência. A década de oitenta é marcada pelo aumento de homicídios com características de pistolagem e execuções sumárias, de lideranças de agricultores. Ao contrário de arrefecer, como a metáfora denota, o garimpo tornou-se a própria fonte de tensão social, território onde garimpeiros disputam a sobrevivência. Como nos alerta Almeida, se houve um deslocamento da pressão pelo uso da terra, ela não deixou de ser menos intensa nos garimpos:

Importa ressaltar, entretanto, que o desempenho destas atividades de garimpagem, antes de constituir numa alternativa segura, constitui-se numa outra fonte de tensão e conflito em virtude das condições que regem as relações de trabalho nos garimpos⁶⁹.

A partir da segunda metade da década de 1980, a luta pelo solo e subsolo em Serra Pelada passa por uma nova mudança. Com o fim do regime militar no Brasil e a saída dos órgãos federais do garimpo, o Ministério das Minas e Energias e o Departamento Nacional de Produção Mineral passam a defender, no Governo de José Sarney, de maneira contundente, a mineração industrial em detrimento da garimpagem.

A diminuição da produção do ouro em Serra Pelada caiu vertiginosamente por ter atingido o lençol freático, os acidentes passaram a ser noticiados com mais frequência na imprensa questionando a viabilidade da continuidade do trabalho de garimpagem. Assim, o DNPM que historicamente tem dado prioridade, em sua política mineral, ao setor industrial, passou a combater a garimpagem manual, desqualificando essa modalidade de exploração mineral.

O discurso oficial do DNPM mudou em relação à garimpagem, fazendo uso do discurso ecológico internacional. Ambientalistas voltam os olhos para a Amazônia e passam a exigir do Estado uma postura preservacionista. Os critérios de concessões de lavras continuaram privilegiando as mineradoras e os grandes projetos – PGC, Jari, Trombetas e Calha Norte, por exemplo –

⁶⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Seminário Consulta, 1995. p. 183.

responsáveis por grande parte dos impactos ambientais, especialmente aqueles ligados a exploração mineral. Desse modo, a garimpagem passou a representar uma nova faceta: o garimpeiro como depredador do meio ambiente.

Três grupos vêm disputando, atualmente, o controle da Comigasp. O primeiro grupo era liderado pelo garimpeiro Josimar Elizio Barbosa⁷⁰, fazendeiro na região e que se articula com o ex-prefeito Sebastião Curió. Essa corrente se mantém no poder desde a constituição da cooperativa em 1983, embora venham perdendo força juntamente com Curió. As acusações de desvios de verbas, gestão fraudulenta e corrupção levaram o governo federal a intervir na cooperativa em 2002 enfraquecendo ainda mais sua força política.

O segundo grupo, liderado por Valdemar Pereira Falcão, atual presidente da cooperativa, está vinculado ao vereador Chamom, do PMDB de Curionópolis, opositor de Sebastião Curió. Esse grupo, eleito em 2006, é responsável pela parceria firmada com a mineradora Colossus. Vinculados a antigos proprietários de barrancos defendem uma perspectiva empresarial da cooperativa, para esse grupo a assistência aos trabalhadores é suficiente sem levantar bandeiras de reconhecimento trabalhista aos garimpeiros.

O terceiro grupo, representado pelo garimpeiro Etevaldo, tem ligações com Raimundo Moreira Benigno, do Sindicato de Garimpeiros de Serra Pelada - Singbrás e também com o Movimento dos Sem Terra - MST. Defendem a inclusão irrestrita de todos os garimpeiros que trabalharam no local, opõe-se a

⁷⁰ Josimar foi assassinado com 13 tiros na cidade de Marabá no dia em maio de 2008.

parceria com a empresa *Vale* e questiona o contrato firmado com a mineradora Colossus⁷¹.

Na criação da cooperativa dos garimpeiros de Serra Pelada nota-se assim um mecanismo típico para a garimpagem. Os incentivos para a organização dos garimpeiros partem dos militares e não dos trabalhadores na procura da defesa dos seus direitos. Nesse processo, a contradição entre os interesses do Estado, dos donos de barranco, empresários locais e trabalhadores caracterizam o regime de trabalho nos garimpos, impedindo, por muito tempo, a criação de organizações que defendam os interesses desses trabalhadores. A existência de entidades como cooperativas e sindicatos se fundamenta, também, na defesa de direitos da classe, constituindo-se em espaços onde a luta de classes se materializa.

As declarações de Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, em entrevista concedida a o repórter Ricardo Kotscho em 1983, nos dão pistas do processo de constituição da cooperativa dos garimpeiros.

Agora, estamos constituindo uma cooperativa, uma espécie de associação de garimpeiros que dirigirá Serra Pelada. Portanto, a lavra manual, ficará com os garimpeiros, dirigida pelos garimpeiros.⁷²

A continuidade da exploração do ouro pelos garimpeiros conservou os aspectos mais perversos no garimpo. O ambiente insalubre e o trabalho de alto risco, com perigo constante, não se alteraram a despeito da existência da

⁷¹ A mineradora teve suas ações valorizadas na bolsa de valores de Toronto, no Canadá, o sindicato teme que aja um movimento meramente de especulação do valor da jazida, sem a exploração efetiva do minério.

⁷² KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada: ferida aberta na selva*. São Paulo: Brasiliense, 1984.p. 88.

cooperativa. O Estado, presente no garimpo, atendia aos interesses de fiscalização da compra do ouro e nada fez para recolher junto a patrões e trabalhadores impostos para Previdência, impossibilitando o direito a aposentadoria.

Medidas como concessão de créditos e assistência técnica, por parte do Estado, a pequenos proprietários de barranco, sócios e meia-praças resultariam numa eficiente forma de desconcentração de renda e de riqueza no garimpo. Os financiadores e proprietários de barrancos tinham acesso a créditos das lojas que vendiam máquinas, o que lhe permitiam a compra de novos equipamentos, possibilitando o aumento da produtividade das áreas exploradas. A esse respeito, por exemplo, Ferreira informa que a existência de linhas de créditos específicos para o pequeno garimpeiro para aquisição de equipamentos e custeio da mineração “constituiria um importante fator de desconcentração de renda gerada nesta atividade.”⁷³

Segundo Mathis, ao explicar as mudanças ocorridas com o surgimento de uma legislação sobre o garimpo, as entidades representativas assumem papel conservador nesse processo:

A Constituição de 1988 escolheu, partindo de uma visão distorcida do garimpeiro, o cooperativismo como forma ideal de fomentar a atividade garimpeira. Em consequência disso nota-se, a partir de 1989, uma onda de criação de cooperativas de garimpeiros como forma de legalizar a atividade extrativista. Até então, a única forma legalmente reconhecida de organização de garimpeiros era o sindicato patronal. Ambas as formas tentam, dentro da lógica do regime de trabalho nos garimpos, negar a identidade do garimpeiro trabalhador e em consequência disso se restringem às atividades de assistência

⁷³ FERREIRA, Afonso Henriques Borges. *Sobre o garimpo de ouro: notas acerca da evolução recente da atividade no Brasil e um estudo de caso no sul do Pará*. p. 325.

social ou foram transformados em simples órgãos dos donos de garimpos para defender seus interesses particulares.⁷⁴

Esta concepção de cooperativa é melhor compreendida se levarmos em consideração as tentativas, por parte do governo federal, em transformar os garimpos em pequenas e médias empresas. A prevalência da lógica empresarial é alimentada em Serra Pelada, desde a formação da cooperativa e formulação de seu estatuto.

Valverde refere-se desta forma à situação:

Nos termos do decreto promulgado por Figueiredo, foi criada uma cooperativa dos garimpeiros de Serra Pelada, em junho de 1984. Com 5% da produção de ouro da serra, a terraplanagem seria financiada. A cooperativa, porém, ficou inadimplente, porque seus líderes eram todos jagunços de Curió.⁷⁵

As diversas tensões, divergências e disputas de influências entre as entidades que representam os garimpeiros acentuam o quadro de fragilidade da sua força política para enfrentar a tendência mais evidente que se apresenta, qual seja, o avanço da substituição definitiva da exploração manual pela industrial. As disputas e lutas pela ocupação da diretoria da Coomigasp se justificam basicamente por dois motivos. Primeiro por ser a detentora do direito de lavra dos 100 hectares onde esta se localiza. Isso significa que qualquer parceria com mineradoras deve passar necessariamente pela aprovação da

⁷⁴ MATHIS, Armin. *Garimpos de ouro na Amazônia: atores sociais relações de trabalho e condições de vida*. Trabalho apresentado no GT "Trabalho e sociedade" do VII Encontro de ciências sociais do Norte e Nordeste em João Pessoa, 24-26/05/1995. pp. 10.

⁷⁵ VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Forense universitária: São Paulo, 1989. pp. 121-122.

direção da entidade. Em segundo lugar, é a cooperativa com o maior número de associados, o que lhe confere legitimidade na representação da maioria dos garimpeiros.

Segundo estimativas, há pelo menos 40 toneladas de ouro submerso no fundo de lago onde antes era a jazida. No âmbito dessas disputas entre a CVRD e garimpeiros, embora em situação desfavorável, a categoria conseguiu fazer-se reconhecer. Em 2002 o Estado reconhece o direito e legitimidade dos garimpeiros através da Coomigasp como detentores do direito de lavra de Serra Pelada. Mas somente em 2007 o DNPM concedeu o alvará de pesquisa mineral à cooperativa⁷⁶. Apesar de o Estado ter conseguido conter esse processo durante duas décadas, esse avanço é significativo; por um lado, explica a cooperativa como legítima diante da categoria. Por outro, faz com que os garimpeiros tenham nela um espaço estratégico de luta por suas reivindicações.

A concepção de autores como Valverde, no entanto, traz no seu bojo, posicionamentos ambíguos. Se por um lado ele reforça a idéia de que os trabalhadores se distanciam da luta pela terra, por outro o autor deixa de perceber como os trabalhadores do garimpo também estão reivindicando outras formas de sobrevivência. No entanto, na concepção do autor, essa opção por outra modalidade de trabalho é vista como sujeição desses trabalhadores ao Estado, o que reforça a idéia desses trabalhadores serem vistos como massa de manobra.

⁷⁶ Diário Oficial da União, 01.03.2007.

Valverde ainda argumenta:

Os fatos de história recente ocorridos na região do Projeto Carajás indicam que, se houve um propósito deliberado do SNI de sufocar a luta social desviando o interesse dos camponeses pobres da região para outros ideais que não o de conseguir terra para cultivar, ele atingiu seus objetivos, pelo menos durante uns dez anos.⁷⁷

Os primeiros anos de exploração do ouro em Serra Pelada são marcados por uma tensão permanente em torno da prorrogação do prazo de exploração da mina. Em meados da década de oitenta, as manifestações exigindo a reabertura do garimpo são constantes. Em maio de 1984 os garimpeiros ameaçam ocupar as rodovias Belém-Brasília e Transamazônica numa manifestação simultânea em Marabá, Imperatriz e Araguaína⁷⁸. As tensões continuaram durante todo mês de maio se encerrando, temporariamente, com aprovação na Câmara dos Deputados do projeto que prorrogava por três anos a permanência dos garimpeiros no garimpo. Um ano antes os garimpeiros atacaram a prefeitura municipal de Parauapebas e atearam fogo na delegacia do município em resposta à tentativa do fechamento permanente do garimpo.

A questão que se coloca hoje é: como é que mineradora irá explorar a mina, quem tem direito à indenização, e quais as obrigações da mineradora junto aos garimpeiros? No momento, a Colossus Mineradora ganhou o direito de fazer pesquisa junto aos rejeitos, popularmente chamados de *montueira*⁷⁹.

⁷⁷ VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. RJ: Forense Universitária, 1989. p. 133.

⁷⁸ O Liberal, 09/05/1984.

⁷⁹ Monte resultante do descarte de terra retirado da mina.

O parecer da mineradora indicará a viabilidade ou não da exploração dessa parte do garimpo, intermediado pela Coomigasp – Cooperativa Mineral dos Garimpeiros de Serra Pelada. Essas questões estão presentes significativamente na fala do senhor Luiz Barbudo⁸⁰, garimpeiro e morador da vila de Serra Pelada:

Isso eu digo com orgulho de garimpeiro com amor de garimpeiro recebemos isso e demos muito isso aos que vieram e se esmoreceram na chegada e choraram pra volta. Deles que nunca tinham pegado 300 conto no bolso saiam com 1.500, 2.000 conto no bolso eles olhavam tremendo e diziam eu nunca tinha pegado num tanto de dinheiro desses! Então pra nós hoje ver a pessoa pedir esmola e nós também estamos pedindo esmola numa grande riqueza dessa. Nós ainda se envergonhamos do que nós estamos passando hoje mas estamos alegre pelo que nós fizemos ontem e estamos pretendendo fazer mais e vamos fazer com fé em Deus...

A consciência do direito ao ouro existente em Serra Pelada tornou-se um dos pontos de sustentação da legitimidade da luta dos garimpeiros. Quais garimpeiros têm direito de participar das negociações para a retomada da exploração mineral em Serra Pelada? Essa questão passou a ser central após intervenção federal na cooperativa em 1998. Os antigos sócios da Coogar tiveram o direito de se “readequar” e tornarem-se sócios da Coomigasp. Mas e aqueles que trabalharam na clandestinidade como furões, ou aqueles que simplesmente não se tornaram sócios da cooperativa? Muitos trabalharam somente nos primeiros anos quando ainda não existia a entidade. Assim, 12 mil

⁸⁰ Entrevista concedida em 29.01.2006.

garimpeiros reivindicam o direito de pertencer a Coomigasp. A luta para serem reconhecidos como tal faz parte das disputas que envolvem os garimpeiros.

Considerações Finais

O garimpo de Serra Pelada desperta sentimentos variados por seus números. Em meados da década de 1980 era a maior mina a céu aberto do mundo, maior aglomeração de trabalhadores (daí a metáfora comum na imprensa do formigueiro humano ou de cenários bíblicos) e maior produção de ouro, distante e imersa na selva amazônica. Esses superlativos são insuficientes, apesar de significativos, para compreendermos outras dimensões vivenciadas pelos diversos sujeitos que faz parte dessas imagens.

Essa tensão entre lembrança e esquecimento faz parte do processo de constituição de memórias produzidas no campo dos enfrentamentos atuais. Ao enfatizar a presença do trabalhador no garimpo, busquei tecer os fios que os liga ao movimento de luta pela terra e as transformações sociais mais amplas ocorridas na Amazônia Oriental nas últimas décadas.

Vinte e oito anos depois de sua descoberta, o antigo garimpo continua sendo local onde se desenrolam disputas entre garimpeiros, Companhia Vale do Rio Doce e governo federal. O que está em questão é o interesse desses sujeitos na participação da exploração do minério de ouro existente nos filões não atingidos pelo trabalho manual dos garimpeiros.

Atualmente Serra Pelada é uma pequena vila que sofre de problemas básicos de infra-estrutura, com ruas de chão batido e habitações modestas. A impressão que se tem quando se chega ao vilarejo, é que seus habitantes aguardam, a qualquer momento, mudar-se de lá. Sua aparência de acampamento é expressiva da situação precária com que o poder público tem lidado com a população ali residente.

Se não há possibilidade de retomar o trabalho de garimpagem manual, tampouco é possível desconsiderar a existência das famílias dos antigos garimpeiros nessa nova fase de exploração e a definição de uma política de compensação e participação, também, daqueles que retornaram para seus locais de origem ou rumaram para outras áreas em busca da sobrevivência e de trabalho.

A escolha intencional em privilegiar as pessoas comuns nesse debate tem um significado político próprio: a defesa do direito dos trabalhadores do garimpo ao passado e à memória. A imagem sedimentada de um garimpeiro abstrato, perdulário, aventureiro, sem vínculos com o lugar, embrutecidos e rudes serve bem ao propósito de desconsiderar a exploração intensa pela qual estes trabalhadores foram submetidos e ignorar a situação precária em que a maioria deles vive atualmente.

O silenciamento quanto aos direitos trabalhistas, previdenciários e indenizatórios, do qual os trabalhadores foram espoliados, por parte das cooperativas e de suas lideranças é parte do próprio embate que procurei identificar no exercício de reflexão, fazendo vir à tona lutas, disputas e confrontos não resolvidos que permanecem e influenciam nos destinos sociais desses homens.

Na relação presente passado possibilita-nos questionar os diversos significados atribuídos a experiência social dos garimpeiros de Serra Pelada. O processo de constituição de memórias e as relações de poder que as instituem estão eivadas por interesses contraditórios. Nesse confronto é que podemos definir a própria base que sustenta o passado como homogêneo e desprovido de conflitos.

Os interesses subjacentes dos “vencedores” permanecem ao tempo que se busca desconsiderar versões alternativas da História. Projetos políticos e sociais não hegemônicos que indiquem caminhos e apontem direções para um futuro menos injusto, mais igualitário e que permita lugar para a diferença tem no presente a potência subversiva da transformação social.

A intenção de fazer outra História é o próprio desafio de exercitar sensibilidades que considere o presente como campo de disputas e a rejeição de um passado unificado materializando a esperança de dias melhores para aqueles que continuam sonhando em ter vez e voz nas transformações sociais.

FONTES:

Anais do I Simpósio de Geologia da Amazônia:

JORGE JOÃO, X. S., NEVES, A. P., LEAL, J. W. L. “ouro em Serra Pelada: aspectos da geologia e garimpagem”, 1982, PP. 52-60.

MEIRELLES, E. M., TEIXEIRA, J. T., MEDEIROS FILHO, C. A., “Geologia preliminar do depósito de ouro em Serra Pelada”, 1982, PP. 74-80.

Publicações do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM:

RODRIGUES FILHO, Saulo (et. alli). “Garimpo e inclusão social no Brasil: dois estudos de caso”. Rio de Janeiro:CETEM, s/d.

SOBRAL, Luiz Gonzaga S., e GRANATO, Marcus. “Dosagem de ouro”. Brasília: CETEM/DNPM: 1983. Série Tecnologia Mineral nº 25, Seção Metalurgia Extrativa nº 09.

Revistas:

Veja, 1980-1985;

Revista do Garimpeiro, n.1, único volume, 1983.

Aventuras na História, edição 23, julho 2005.

Narrativa (revista laboratorial do curso de jornalismo da universidade Presbiteriana Mackenzie. *Punhos erguidos*. CHAMUSCA, Amanda e PEREIRA, Fernanda. São Paulo, 2007.

ENTREVISTAS

Alderico Aguiar, agricultor, maranhense, 72 anos, meia-praça. Residente em Marabá; entrevistado em 26 de julho de 2006.

Barbudo, agricultor, maranhense, 63 anos, meia-praça e diarista. Residente na Vila de Serra Pelada; entrevistado em 29 de janeiro de 2006.

Joaquim, agricultor, piauiense, 66 anos, meia-praça. Residente em Marabá, entrevistado em 22 de setembro de 2005.

Luis Borges, agricultor, maranhense, 86 anos, proprietário de barranco e tropeiro, foi soldado da borracha e castanheiro. Residente em Marabá; entrevistado em 27 de julho de 2006.

Paraibinha, agricultor, paraibano, 53 anos, meia-praça e diarista. Residente na Vila de Serra Pelada, entrevistado em 16 de outubro de 2005.

Rogério, agricultor, baiano, 48 anos, meia-praça e diarista. Residente em Marabá; entrevistado em 07 de fevereiro de 2007.

Fontes bibliográficas:

BRASIL, João. *O garimpeiro do sul e sudeste paraense*. Marabá: s/e, 1999.

FERREIRA, Afonso Henriques Borges. "Sobre o garimpo de ouro: notas acerca da evolução recente da atividade no Brasil e um estudo de caso no sul do Pará". In: *Revista estudos econômicos*. São Paulo: IPE – Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 18, n. 2, maio-agosto de 1988, pp. 319-341.

VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada: ferida aberta na selva*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Seminário Consulta, 1995.

ALMEIDA Jr, José Maria Gonçalves de. (org) *Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1986.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BARBOSA, Livia. *Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 4, n.8, 1991, p.229-243.

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história". In: *Obras escolhidas*, vol. 1, SP, Brasiliense, 7ª edição, 1994.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. "As 'tradições nacionais' e o ritual das festas cívicas". In: PINSKY, J. (org) *O ensino da história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1994.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças dos velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Alfredo. "Cultura como tradição". In BORNHEIM, Gerd. (org) *Cultura brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./Funarte, 1997.

BRASIL, João. *O garimpeiro do sul e sudeste paraense*. Marabá: s/d, 1999.

CARVALHO, Murilo. *Sangue da terra: a luta armada no campo*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

CAMPOS, Maria Christina S. de Souza. "A montagem de um projeto de pesquisa na área de ciências sociais". In: LANG, Alice Beatriz da S. Gordo (org) *Desafios da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: CERU, 2001.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1993.

CHINEM, Rivaldo. *Sentença: padres e posseiros do Araguaia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COELHO, Hercídia M. Facuri. (et. alii.). "Estado novo, festa e memória". In: *História*. Franca: UNESP, 1995.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. "Introdução" In: MACIEL, Laura A. *Outras histórias: seminário e linguagens*, São Paulo: Olho d'água, 2006. (no prelo)

EMMI, Marília. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

DE DECCA, Edgar. "Memória e cidadania". In: *O direito à memória patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH – Secretaria Municipal de Cultura/ Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. RJ: Civilização brasileira, 2005.

_____. *A idéia de cultura*. SP: editora UNESP, 2005.

FENELON, Déa Ribeiro. "Cultura e história social: historiografia e pesquisa". In: *Projeto história*, n.10, São Paulo: EDUC, 1993.

FENELON, Déa Ribeiro et alii. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004.

_____. "O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?". In: *História & perspectiva*, Uberlândia: UFU, jan/jun. 1992.

_____. "Trabalho, cultura e história social: perspectiva de investigação". In: *Projeto História* n. 04 São Paulo, PUC, 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes. & AMADO, Janaína (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2002.

FERREIRA, Afonso Henriques Borges. *Sobre o garimpo de ouro: notas acerca da evolução recente da atividade no Brasil e um estudo de caso no sul do Pará*. In: Revista estudos econômicos. São Paulo: IPE – Instituto de pesquisa econômicas, v. 18, n. 2, maio-agosto de 1988, pp. 319-341.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo. Cia. das Letras, 1987.

GLISSANT, Edoaurd. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

GUIMARÃES, José Epitácio Passos. *Epítome da história da mineração*. São Paulo: Art. Ed.: Secretaria de Estado da Cultura, 1981.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HÉBETTE, Jean. "Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento", vol. 1. In: *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2004.

HOBBSBAWM, Eric J. *Sobre a história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada: ferida aberta na selva*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KHOURY, Yara Aun. "Narrativas orais na investigação da história social." In: *Projeto História* n. 22, São Paulo, PUC, 2001.

KOWARICK, Marcos. *Amazônia/Carajás: na trilha do saque*. São Paulo Anita Garibaldi, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.

LUCKESI, Cipriano. (et alii). *Fazer a universidade: uma proposta metodológica*. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MATHIS, Armin. *Riqueza volátil: a mineração de ouro na Amazônia*. Belém: Cejup, 1997.

_____. *Garimpos de ouro na Amazônia: atores sociais relações de trabalho e condições de vida*. Trabalho apresentado no GT "Trabalho e

sociedade” do VII Encontro de ciências sociais do Norte e Nordeste em João Pessoa, 24-26/05/ 1995.

MELLO, Neli Aparecida de. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2003.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História* n. 10 São Paulo, PUC, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.

ONG, Walter J. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

PAOLI, Maria Célia. “Memória, história e cidadania: o direito ao passado” In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. Secretaria Municipal de Cultura, DPH, 1992.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites e transformações econômicas no Estado do Pará pós-64*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão popular, 2006.

PORTELLI, Alessandro. “A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo”. In: *Oralidades e subjetividade: os meandros infinitos da memória*, Campina Grande: EDUEP, 2005.

_____. “Dividindo o mundo: o som e o espaço na transição cultural”. In: *Projeto História* n. 26 São Paulo, PUC, 2003.

_____. “As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos”. In: *História & perspectiva*, jul/dez. 2001/jan/jul. 2002, Uberlândia: UFU, n. 25-26.

_____. “Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral”. In: *Projeto História* n. 15 São Paulo, PUC, 1997.

_____. “Formas e significados na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade”. In: *Projeto história*, n.14 São Paulo, PUC, 1997.

_____. “A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias orais”. In: *Tempo*, revista do Dept. de História da UFU, 1996, vol.1- n.2.

_____. “Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”. In: *Projeto história*, n.10 São Paulo, PUC, 1993.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *Tempo passado: cultura da memória e a guinada subjetiva*. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SALGADO, Sebastião. *Trabalhadores: arqueologia da era industrial*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

_____. *Terra*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e terra, 2001.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VIEIRA, Maria P. de Araújo. (et alii) *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.